



NEGÓCIO DE 1,7 MIL MILHÕES USD

Cobalt 'nas mãos' da Sonangol

A Sonangol pagou 250 milhões de dólares à petrolífera norte-americana Cobalt no ano passado, num adiantamento para a compra dos 40% que esta última detém nos blocos 21/09 e 20/09. O negócio corre, no entanto, "sérios riscos", devido à crise na indústria, para a aflição total da Cobalt. Pág. 15

RELATÓRIO DO FMI SOBRE ANGOLA

Apenas dois bancos recebem dólares

BANCA. Com a saída dos correspondentes bancários, por conta das suspeitas dos reguladores norte-americanos de incumprimentos de regras de compliance, apenas dois bancos, dos 28 autorizados, continuam a receber dólares de um banco europeu. A revelação é do Fundo Monetário Internacional, mas o VALOR ouviu de fontes bancárias outros números. Pág. 14



DIAMANTES

África representa 60% da produção mundial

Apesar da crise que afecta a indústria, o continente africano continua a reclamar mais de 60% do total da produção mundial de diamantes. As contas são do secretário executivo da Associação dos Países Africanos Produtores de Diamantes (ADPA), Edgar Diogo Carvalho, que fala em estratégias para a minimização dos efeitos da crise. Págs. 4 a 6

ARRASTÕES

'Reis do peixe' comandam pesca ilegal

Embarcações não declaradas e atribuídas a altas figuras do poder continuam a arrasar várias espécies marinhas, com a pesca por arrasto em águas nacionais. A revelação é de fontes conhecedoras dessas práticas ilegais, que destacam as zonas do 'Buraco' e da Barra do Kwanza, entre as preferidas dos chamados 'Reis do peixe'. Págs. 8 e 9

BDA livra-se de riscos

O BDA vai deixar de assumir encargos com taxas de juros bonificadas e garantias de crédito em projectos de investimento privados, passando a responsabilidade ao Fundo Nacional de Desenvolvimento. O Conselho de Ministros já aprovou a proposta da administração do BDA. Pág. 16

Moedas AKZ USD 166,7 Kz (+0) ▲ EUR 185,2 Kz (+0,6) ▲ LIBRA 218,7 Kz (-5) ▼ YUAN 24,9 kz (-0,1) ▼ RAND 11,3 Kz (+0,3) ▲

Descarregue a App

Visite o website: www.valoreconomico.co.ao



FUNDO PERDIDO

Há cerca de duas semanas, o país ficou a saber, de modo oficial, que Angola declinou a ajuda

financeira do Fundo Monetário Internacional, que vem sendo negociada há vários meses. Dizemos oficial, pelo facto de a informação ter sido assumida, publicamente, pelo FMI, porque, do lado angolano, até ao momento, não houve qualquer comunicação formal. De acordo com as declarações do alto funcionário do Fundo que passou a informação, em primeira mão à imprensa norte-americana, as autoridades angolanas optaram por manter apenas as discussões sobre a avaliação económica anual do país, recuando na questão do empréstimo financeiro que se previa atingir até aos 4,5 mil milhões de dólares em três anos, para apoiar o programa de investimentos públicos do Governo.

Apesar das circunstâncias em que ocorreu - pouco depois da última visita da missão de negociação do Fundo a Luanda - a recusa do Governo não devia causar tanta surpresa a analistas e observadores, como causou.

Desde cedo que esteve claro que as negociações estavam ensombradas, sobretudo, pelo futuro político imediato do país, que inscreve eleições gerais no



próximo ano. O VALOR até antecipou, de forma esclarecida, este cenário de recuo ainda no mês de Maio, quando avançou, em exclusivo, que José Eduardo dos Santos não estaria interessado em assinar qualquer acordo de financiamento com a instituição liderada por Christine Lagarde. Na altura, o jornal chegou a revelar que, inclusivamente, o pedido de empréstimo teria sido avançado pelo ministro das Finanças, Armando Manuel, sem a autorização expressa do Presidente da República. E as explicações que se colocam hoje foram exactamente as que antevíamos há mais de dois meses.

Ainda que o tema da transparência custe sobremaneira às autoridades angolanas, Angola é incapaz de fundamentar, de forma convincente, a decisão de recuar em relação ao FMI, porque a única explicação que tem parece ser de natureza elei-

toralista, o que, obviamente, não serve para justificações formais. E se o 'trunfo na manga' for, por acaso, uma alternativa qualquer de financiamento, o mais provável é que o Governo não a assuma de forma pública, pelo menos por enquanto. Porque qualquer solução de empréstimo diferente da do FMI, em termos financeiros, será sempre mais onerosa para o Tesouro nacional. Com os juros da dívida soberana nos mercados internacionais, cada vez mais elevados, por força da deterioração continuada do cenário macroeconómico, ninguém emprestaria dinheiro ao país, nesta fase, que não custasse mais aos cofres do Estado, do que a oferta do FMI. Mas, vale lembrar que, na verdade, não estão em causa apenas custos financeiros. Empréstimos caríssimos e sem exigências, em termos de transparência, na sua aplicação, acabam por ser várias vezes nocivos, porque, além dos custos financeiros, incluem custos da indisciplina orçamental e da gestão danosa. É esse tipo de riscos que, à partida, estariam mais bem prevenidos, se Angola tivesse optado pelo FMI, como o fez em 2009. O impasse fica explicado, portanto, por uma 'simples' questão de tempo. Depois das eleições, poderemos assistir ao próximo capítulo desta novela, que poderá trazer de volta o 'protagonista ajuda financeira'.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral:

Evaristo Mulaza

Directora-Geral-Adjunta:

Geralda Embaló

Editor Executivo:

António Nogueira

Editor gráfico e chefe de produção:

Pedro de Oliveira

Redacção:

António Miguel, Edno Pimentel, Isabel Dinis, José Zangui, Mateus da Graça Filho, Nelson Rodrigues e Valdimiro Dias

Secretária de Redacção:

Lúcia de Almeida

Fotografia:

Manuel Tomás, Mário Mujetes e Santos Samuessa

Paginação:

Francisco de Oliveira, João Vumbi e Edvandro Malungo

Colaboradores:

Cândido Mendes

Produção gráfica:

Notiforma SA

Propriedade e Distribuição:

GEM Angola Global Media, Lda

Tiragem:

4.000 N.º de Registo do MCS: 765/B/15

GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:

Geralda Embaló e Evaristo Mulaza

Departamento Administrativo:

Jessy Ferrão, Nelson Manuel e Valdimir de Almeida

Departamento comercial:

Arieth Lopes, Geovana Fernandes e Mariquinha Rego

Tel.:

+244941784790-(1)-(2)

N.º de Contribuinte:

5401180721; N.º de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82

Tel.:

+244 936272323

Endereço:

Rua Fernão Mendes Pinto, n.º 35, Alvalade, Luanda/Angola, Telefones:

+244 222 320510, 222 320511

Fax: 222 320514

A semana

3 PERGUNTAS A...



Alves da Rocha
Economista

Como avalia o posicionamento que Angola tem conseguido nos mais distintos rankings internacionais, nomeadamente o Doing Business?

Qualquer um desses indicadores tem uma metodologia própria de elaboração internacionalmente consagrada e compõem-se de diferentes itens. Ora, se Angola continua a aparecer mal posicionado em todos eles é porque não passa no teste dos diferentes itens.

Há aspectos em que Angola tem registado melhorias ou nem por isso?

Claro que há aspectos onde se registam melhorias, mas que aparentemente não são sustentáveis. Repare no caso do Doing Business. No item “infra-estruturas em quantidade” os registos são positivos, mas quando o item refere a qualidade das mesmas já a classificação de Angola é das piores, porque sabe-se que a construção pública é uma das vias da corrupção e do tráfico de influência, diminuindo, conseqüentemente, a qualidade dessas obras.

Que caminhos, o país deverá seguir para melhorar a sua performance nos referidos rankings?

Para isso, Angola precisa de melhorar essencialmente no aspecto da boa governação, da transparência e no da eliminação do tráfico de influências.

TERÇA-FEIRA

O presidente do conselho de administração da ENSA Seguros de Angola revelou que a companhia cresceu 17,6%, em 2015. O gestor assinalou ainda que a empresa atingiu um resultado positivo de 320 milhões de dólares.

QUARTA-FEIRA

Realizou-se, em Luanda, o fórum de negócios Angola-Polónia, promovido pela APIEX, para formar negócios e parcerias comuns. Em Angola, os Polacos pretendem investir em fábricas de montagem de tratores e máquinas agrícolas e a instalação de estaleiros navais.

QUINTA-FEIRA

O Instituto de Fomento Empresarial (IFE) realizou um seminário de apresentação e promoção da Feira Agrícola, “Big Iron”, um dos maiores eventos do género no mundo, que deve acontecer entre 13 e 15 de Setembro, nos Estados Unidos da América.



SEGUNDA-FEIRA

A Administração Geral Tributária (AGT) divulgou, em comunicado de imprensa, que os contribuintes dos grupos A e B do Imposto Industrial deverão fazer a liquidação e o pagamento do imposto provisório referente ao ano de 2016, entre Julho e Agosto.

SEXTA-FEIRA

Tomaram posse os membros da assembleia geral da Associação Mutualista dos Trabalhadores do Ministério de Geologia e Minas. Trata-se de uma instituição de solidariedade social que vai beneficiar os seus membros e respectivas famílias, nos termos legalmente permitidos.



SÁBADO

O director-geral da Chopa Corporation, Florêncio Conceição, anunciou que a empresa que dirige prevê exportar, este ano, numa primeira fase para Moçambique cerca de dois milhões de alevinos, designação atribuída a cria de peixe após a fase de larva.



DOMINGO

Cerca de 43 mil toneladas, de produtos agrícolas diversos, foram colhidos no município da Cameia, província do Moxico, no âmbito da campanha agrícola 2015/2016, anunciou o administrador local, Rodrigues Chipango Sacuaha, durante uma reunião.



COTAÇÕES



'AMÉRICAS' EM ALTA 'EUROPAS' EM RECUPERAÇÃO

As bolsas do continente americano fecharam a semana em terreno positivo em contraste com o panorama asiático que perdeu acima de 2% até ao fecho. Os mercados europeus, depois de dias negros com desvalorizações pesadas nos sectores da banca e da aviação, e que viram perdas acima dos 3% ainda com a sombra do Brexit, melhoraram a perspectiva graças aos resultados das mineiras Glencore e Rio Tinto, que por sua vez valorizaram por conta do refúgio nas matérias primas.



MILLENIUM CARREGA PSI20

O índice bolsista português fechou a semana em terreno positivo depois de quinta-feira ter liderado os ganhos europeus. 14 dos 18 títulos do PSI20 no verde e ganhos do BCP Millenium (10,67%), Galp e Jerónimo Martins estiveram na base dos resultados. As matérias primas mantiveram a tendência positiva da semana passada, e o petróleo negociou no verde, nos 47 dólares por barril, depois de perder cerca de 3% devido ao fraco consumo e elevada stockagem do mercado americano.

Entrevista

EDGAR DIOGO CARVALHO, SECRETÁRIO EXECUTIVO DA ADPA

“Os diamantes de sangue já não constituem preocupação”

O homem forte da Associação dos Países Africanos Produtores de Diamantes (ADPA) fala, em entrevista, do que é gerir a Associação em tempo de crise. Assinala, no entanto, que alguns constrangimentos têm sido ultrapassados, realçando o caso dos chamados ‘diamantes de sangue’ que são agora comercializados via Processo de Kimberley.



Manuel Tomás © VE

Por António Nogueira

Em 2013 foi reconduzido para um segundo mandato, de quatro anos, como secretário executivo da Associação dos Países Africanos Produtores de Diamantes (ADPA). Qual o balanço que faz do desempenho da Associação? O balanço é positivo, porque o objectivo por que foi criada a Associação tem sido cumprido. No quadro da cooperação entre os

Estados-membros, temos estado a apoiar os nossos países em todas as vertentes ligadas ao sector diamantífero. Fazemos a movimentação de quadros, a nível dos nossos países, para apoiar os outros (países) que têm alguma debilidade, em certas áreas da comercialização de diamantes.

Hoje podemos apoiar, com certa relevância, os nossos países que já estão a conformar-se dentro dos requisitos mínimos do Processo de Kimberley. As sanções foram levantadas. Fizemos isso com o Zimbábue, com a Costa do Marfim, com a República Centro Africana. Hoje, a Associação já começa a participar com organismos que ditam a regra do preço dos diamantes

Queremos que até o simples trabalhador mineiro, o vulgo garimpeiro, tenha também acesso para a venda dos seus diamantes nos grandes mercados.

a nível mundial. Refiro-me, por exemplo, à Rapaport (organização internacional que lista os preços dos diamantes), com a qual temos mantido contactos permanentes.

E o que se pretende, de concreto, com esses contactos?

Primeiro, pretendemos alargar o mercado do comércio dos diamantes. Queremos fazer isso não só para as grandes empresas. Queremos que até o simples trabalhador mineiro, o vulgo garimpeiro, tenha também acesso para a venda dos seus diamantes nos grandes mercados ou nas bolsas de diamantes. Isso para evitar que apareçam pessoas a manipular os preços. Já estamos a trabalhar nisso com a

Rapaport. Estamos também a fazer um projecto que, posteriormente, será alvo de consulta a nível dos nossos Estados-membros. Posteriormente, vamos discutir e fazer com que África comece já a ditar, com passos significativos, naquilo que é o preço do diamante.

E como é que está essa questão dos preços no caso específico de Angola?

A estratégia da Endiama é de fazer stocks, nesta fase de crise. Ou seja, provocar uma escassez do diamante a nível do mercado para poder ditar o preço. O que faz o preço ser baixo é a abundância. Portanto, se se criar uma escassez do diamante de boa

“Hoje, a Associação já começa a participar com organismos que ditam a regra do preço dos diamantes a nível mundial.”

“Em Angola, somos abençoados, porque temos diamantes de boa qualidade.”

qualidade, depois pode ditar-se o preço desse diamante. E já há essa estratégia por parte dos governos, não só de Angola, mas também de outros países africanos para que se valorize um pouco mais o nosso diamante.

O que Angola representa hoje em termos de produção e comercialização de diamantes, em África? Se olharmos para as estatísticas do Processo de Kimberley, Angola, por exemplo, em 2014, produziu 8,791 milhões de quilates de diamantes, em volume. Isto representou um valor bruto, em vendas, de 1.370 milhões de dólares.

Em 2015, a produção aumentou para cerca de 9 milhões de quilates. O que significa que houve também aqui uma maior contribuição do sector diamantífero no Produto Interno Bruto angolano. Angola não tem os diamantes na primeira linha de arrecadação de receitas para os cofres do Estado. Mas há países nossos, africanos, em que os diamantes constituem a principal fonte de receita para o orçamento de Estado. Estamos a falar, por exemplo, da Namíbia, Zimbábue, República Centro Africana e Libéria.

“SOMOS ABENÇOADOS, TEMOS DIAMANTES DE BOA QUALIDADE”

E são países que produzem menos do que Angola.

A verdade é que temos mais reservas diamantíferas do que alguns países da região. E, quando se fala de diamantes, há uma outra componente a ter em conta, que é a qualidade. Em Angola, somos abençoados, porque temos diamantes de boa qualidade. Portanto, há, de facto, países que exploram mais que Angola, mas, se olharmos para as estatísticas referentes a 2015, vemos que Angola produziu nove milhões de quilates e o Congo Democrático, 16 milhões. Só que, por causa da qualidade, Angola obteve mais receitas, porque tem o diamante joia e o Congo, o diamante industrial, portanto, de preço mais reduzido.

Quantos membros compõem actualmente a Associação?

A Associação é composta por membros efectivos e observadores. Os efectivos são aqueles que hoje estão a produzir os seus dia-

mantas. Têm minas a produzir. Já os observadores são aqueles que já fizeram um trabalho de relevância, em termos de prospecção diamantífera, no seus países.

Ou seja, aqueles que têm jazidas comprovadas, mas que ainda não estão a produzir.

Neste momento, somos um total de 18 membros. Estamos a falar de 12 membros efectivos e seis observadores. Na nossa próxima reunião que vai acontecer na Guiné-Conacri, há dois países, nomeadamente Camarões e Moçambique, que deverão aderir à Associação.

Alguns países que integram a Associação foram recentemente alvo de sanções por parte do Processo de Kimberley devido a problemas de instabilidade política. Como a ADPA lida com essas situações?

Os nossos países são membros de pleno direito. Aquando da criação da Associação, foi assinada a declaração de Luanda, assinada por todos. Temos tido alguns problemas a nível do cumprimento dos requisitos mínimos do Processo de Kimberley.

Há países que estavam sob sanções das Nações Unidas. Estou a falar do Zimbábue, da Libéria, da Costa do Marfim e da República Centro Africana que são países membros da nossa Associação.

Isto porque o Processo Kimberley exige que os países cumpram com os requisitos emanados pela organização e quem os extrapola sofre sanções.

Um dos grandes trabalhos que temos vindo a fazer é apoiarmos uns aos outros, sob a liderança do nosso secretariado, para que os países que tenham alguma dificuldade se conformem dentro dos requisitos mínimos exigidos no Processo de Kimberley.

E que requisitos são esses exigidos pelo Processo de Kimberley?

Há grandes exigências. O simples foco de tensão e instabilidade política numa área em que se exploram diamantes é suficiente para que esse país sofra sanções, por causa do pouco controlo na saída dos diamantes provenientes daquela zona. A medida serve também para evitar que os diamantes duma zona em conflito possam parar nas mãos de rebeldes que podem depois comprar armas para derrubar gover-

A estratégia da Endiama é de fazer stocks, nesta fase de crise. Ou seja, provocar uma escassez do diamante a nível do mercado para poder ditar o preço.

Estamos a apoiar, com certa relevância, os nossos países que já estão a conformar-se dentro dos requisitos mínimos do Processo de Kimberley.

nos legitimamente eleitos. Por isso estamos agora a fazer uma promoção, passando a imagem de que, em África, os diamantes de conflitos passaram agora a ser os diamantes da prosperidade.

Não há, portanto, mais qualquer preocupação com os diamantes de sangue?

Já não constituem, porque, com a criação do Processo de Kimberley, 99,9% dos diamantes produzidos a nível mundial são comercializados no canal legítimo.

Como avalia a parceria que a Associação mantém nomeadamente com o Processo de Kimberley?

Hoje já não há uma matéria relevante a nível do sector diamantífero que não envolva os países africanos e a Associação.

Hoje estamos também no centro das atenções. Somos membros observadores do Processo de Kimberley, onde fazemos parte de três comissões, nomeadamente do comité de monitorização, que é o comité que viaja em determinados países para

ver como estão a ser implementados os requisitos mínimos.

Pertencemos ao comité de exploração de diamantes aluvionares, que Angola e África, pelo menos a nível dos países produtores, também produzem em grandes quantidades.

E participamos ainda do comité de participação, que dita as sanções de alguns países quando não se está a cumprir com o estipulado a nível do Processo Kimberley.

“NO TEMPO DE CRISE, O LUXO SE METE DE PARTE”

Até que ponto a crise do petróleo afectou os diamantes?

Esta crise tem afectado muito o sector diamantífero. Nesta fase, os investimentos têm estado a abrandar, não só no sector dos diamantes, mas em vários outros de uma forma geral.

Os investidores, aqueles que ainda estão em condições de investir, também têm estado a colocar um pé atrás, com receio de fazer investimentos e não haver retorno. Diz-

CONTINUA NA PÁG. 6



Entrevista

CONTINUAÇÃO DA PÁG. 5

-se que, no tempo de crise, o luxo se mete de parte. Tem de se ir às prioridades.

O diamante rende a nível das joalharias, mas também tem outras utilidades. No sector petrolífero, pode servir para a produção de brocas, na indústria para o corte de vidro. Portanto, o diamante tem também a sua utilidade a nível da indústria. Mas é muito pouco. Mesmo nas joalharias sente-se, nessa altura, algum abrandamento nalguns mercados precisamente por causa da crise.

Mas há alguma estratégia no sentido de minimização, pelo menos, dos efeitos da crise nos diamantes?

Continuamos a promover as potencialidades do sector.

Principalmente quando se trata de países virgens, aqueles em que os recursos ainda não foram muito explorados.

Há países africanos com reservas consideráveis, ainda por quantificar. E tudo porque ainda não foi feito um trabalho aturado de prospecção. Em Angola, está agora a implementar-se o PLANAGEO (Plano Nacional de Geologia) a partir do qual vamos ter uma ideia do que temos. Estamos a seguir também um outro plano, o Mano River, que são os países da África Ocidental em que entram a Costa do Marfim, a Libéria e a Serra Leoa. Estamos a seguir um programa específico que concebemos para aquela zona por causa das debilidades que têm esses países.

Este programa, como será financiado pela União Europeia, também está incluído o programa de prospecção dentro desses países. Portanto, são países virgens que ainda têm muito para dar. Temos recursos e nós vamos promovendo, falando com bancos, com organizações internacionais que possam vir investir no nosso continente.

“A ANTUÉRPRIA CONTINUA A SER DOS PRINCIPAIS MERCADOS PARA O NOSSO DIAMANTE”

Qual é o principal mercado do diamante produzido em África?
Das principais bolsas, onde temos vendido os nossos diamantes, o destaque é a Antuérpia, na Bélgica, os Emirados Árabes Unidos, para



Márcio Tomás © VE

Dos diamantes produzidos actualmente no mundo, mais de 60 por cento saem de África. Neste momento, temos um lugar de destaque a nível do sector.

PERFIL

Edgar Diogo de Carvalho é o secretário executivo da Associação dos Países Africanos Produtores de Diamantes há sensivelmente sete anos, em virtude de ter sido indicado para o cargo por dois mandatos consecutivos, de quatro anos. Engenheiro de Minas, de 48, é quadro sénior do Ministério de Geologia e Minas. Nos tempos livres gosta de ler, ver filmes e praticar desporto.

2006

Ano em que foi fundada a ADPA, tendo, um ano depois, arrancado com as actividades

8,7

Milhões de quilates é a quantidade de diamantes produzido por Angola, em 2014.

9

Milhões de quilates foi o volume de produção de diamantes, em Angola, no ano de 2015.

18

É o número de países membros que compõem actualmente a Associação dos Países Africanos Produtores de Diamantes

curso, porque isso não se faz de um dia para o outro. Há exigências para que um país albergue uma bolsa de diamantes, através da Federação Internacional de Bolsas de Diamantes. A implementação de um projecto deste passa, primeiro, pela existência de um país estável, onde as instituições são funcionais, com zonas francas.

Passa também por eliminar algumas barreiras, como a questão dos vistos e tem de ser em países com um tráfego aéreo alargado, com muitas rotas. Mas o processo continua em curso. Até porque traz muitas vantagens.

E isso temos visto em países como a Antuérpia, Emirados Árabes Unidos e Bélgica, onde as vantagens, pela adopção deste tipo de iniciativas, são inúmeras.

Para além das transações bancárias diárias de milhões de dólares, estes países recebem pessoas de toda a índole que podem depois ser cativadas nos outros investimentos.

Como funcionaria, em termos concretos, essa bolsa dos diamantes em África?

Funcionaria como toda e qualquer bolsa. Uma bolsa instalada, por exemplo, em África iria permitir que todo o diamante produzido no continente passasse por essa bolsa. Ali na bolsa é onde se encontra o preço verdadeiro do diamante. Quando se tem uma pedra de boa qualidade o que se verifica, às vezes, é que ele (o diamante) vai a leilão. Quem dá mais leva a pedra. Não é como o petróleo.

O barril são dólares e não muda. Na bolsa, encontra-se também a maior facilidade de comprar o diamante legítimo, ou ainda o diamante com preço ajustado.

Na bolsa pode-se comprar também o diamante já lapidado, da forma que o cliente quer. Portanto, são essas as vantagens de ter uma bolsa a funcionar dentro dos países africanos.

Que lugar ocupa África em termos de produção de diamantes, quando comparado com outros continentes?

Temos um lugar de destaque. Mesmo com alguma debilidade nos investimentos, a nível dos Estados-membros da ADPA, mais de 60 por cento dos diamantes produzidos actualmente no mundo saem de África.

além de outras bolsas da China, Israel, Estados Unidos da América. No entanto, mesmo nessa fase de crise generalizada, os principais mercados ainda continuam a ser a Antuérpia e os Emirados Árabes Unidos, onde os nossos diamantes estão a ser comprados num preço ainda aceitável.

Há já alguns anos falava-se na criação de uma bolsa de diamantes a nível dos países africanos. Em que pé está esse projecto?

Este é um processo que está em

É GEOCIENTISTA? GEO-ENGENHEIRO? ESTÁ EM FORMAÇÃO?

REGISTE-SE EM

<http://quadros.mgm.gov.ao>

**E FAÇA PARTE DA BOLSA
DE QUADROS DO PAÍS**

O Plano Nacional de Geologia (PLANAGEO) é o maior investimento global jamais feito no nosso país no domínio das geociências, visando a actualização do conhecimento geológico nacional.

QUEM SE DEVE CADASTRAR?

Quadros técnico-profissionais e superiores e estudantes de:

Geologia, Hidrogeologia, Hidrologia, Geofísica, Engenharia Geográfica, Geodesia e Cartografia, Topografia, Geoquímica.

Engenharia de Minas, Laboratório, Matemática, Física, Química, Mineralogia e Petrografia, Sondagem, Geotécnica, Geocronologia e Paleontologia, Ciências Ambientais, Soldadura para a Mineração.

Computação, Gestão Mineira, Gestão Ambiental, Geologia Económica, Economia Mineira, Direito Mineiro.

PREENCHA O FORMULÁRIO DISPONÍVEL NO SITE

<http://quadros.mgm.gov.ao>

**1129 QUADROS
NACIONAIS JÁ SE
CADASTRARAM**

**A COMPETÊNCIA AO SERVIÇO DO PLANAGEO
E DA DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA**



Contacto: quadros@mgm.gov.ao | +244 916 532 964

Política de privacidade O Ministério da Geologia e Minas garante que os dados que se registam durante o cadastramento serão utilizados apenas para questões estatísticas do conhecimento dos quadros.

Economia/Política

EMBARCAÇÕES SÃO ATRIBUÍDAS A 'REIS DO PEIXE'

Arrastões 'arrasam' espécies marinhas em águas nacionais

PESCA. A pesca ilegal em águas nacionais é do conhecimento das autoridades que, no entanto, tem tomado de forma pontual algumas medidas, nomeadamente a nível do patrulhamento marítimo, mas até aqui insuficientes para debelar o problema.

Por António Nogueira



Quantidades significativas de espécies marinhas continuam a ser capturadas por embarcações de grande porte “não declaradas”, que praticam pesca por arrasto em águas nacionais, apurou o VE de fonte conhecedora do processo. As embarcações são, na sua maioria, registadas em nome de empresas angolanas e geridas por armadores estrangeiros, “sobretudo de nacionalidade asiática”, e as operações, que ocorrem “com frequência”, são realizadas particularmente no período noturno, com destaque nas zonas do ‘Buraco’ e na Barra do Kwanza, ambas situadas a Sul de Luanda. O assunto não é propriamente novo, sendo também do conhecimento das autoridades nacionais “que continuam a gizar esforços para contrapor o quadro”, depois de “investimentos avultados” na aquisição de embarcações de fiscalização que, entretanto, “se revelaram

até aqui suficientes para acabar com essa prática ilegal de pesca”, indica a fonte que aponta de seguida as razões da impunidade. “Os arrastões continuam porque está envolvido o poderoso grupo intitulado ‘Reis do peixe’, em que pontificam altas figuras do poder angolano”, denuncia, recusando-se, no entanto, a identificar nomes. O mais recente arrastão ocorreu no início de Junho e foi publicamente denunciado pelas autoridades. Na altura, a Polícia Fiscal confirmou, em comunicado, “a apreensão de um arrastão com 15 ocupantes de nacionalidade chinesa quando estes procediam à pesca ilegal”.

A operação, segundo a nota, aconteceu a duas milhas (3.200 metros) da costa de Porto Amboim, no Kwanza-Sul, a mais de 250 quilómetros a Sul de Luanda, sendo que, dos 15 ocupantes detidos, quatro não possuíam passaporte, estando, por isso, em situação ilegal em Angola. A bordo

MEMORIZE

● De acordo com a Organização das Nações Unidas, a pesca ilegal, não declarada e não regulada, está estimada actualmente entre 11 e 26 milhões de toneladas de peixe por ano.

do “Yan Ming”, um barco de pesca industrial, os agentes da Polícia Fiscal detetaram mais de 17 toneladas de pescado diverso, aparentemente capturado de forma ilegal em águas nacionais, em zona de interdição da actividade. Para além dos ‘arrastões’, as autoridades têm anunciado também, com alguma regularidade, a apreensão de embarcações de fabrico artesanal que se dedicam à pesca ilegal. Em meados do ano passado, segundo os dados oficiais, foram apreendidos quatro barcos na orla marítima do município do Soyo, no

Zaire, tendo sido detidos 16 cidadãos de nacionalidade vietnamita.

No mesmo período, por volta de Julho de 2015, a Polícia Fiscal efectuou a apreensão de outras quatro embarcações de pesca, com 29 tripulantes, por prática de pesca ilegal em áreas de exploração petrolífera no Norte do país. Um mês antes, em Junho, as autoridades haviam anunciado a apreensão de outras 18 embarcações pesqueiras e a detenção de 40 cidadãos estrangeiros. Na altura, oito das embarcações foram apreendidas por violação ao perímetro de segurança das sondas petrolíferas, cinco por violação às normas de pescas e igual número por violação às normas marítimas.

O QUE É O ARRASTÃO?

Um arrastão é um barco de pesca que opera redes de arrasto, ou seja, redes em forma de saco que são puxadas a uma velocidade que permite que os

peixes, crustáceos ou outro tipo de pescado sejam retidos dentro da rede.

A pesca de arrasto (pesca efectuada pelos arrastões) é alvo de legislação rígida em muitos países, nomeadamente em Angola, por ser muito perigosa para a conservação das espécies piscícolas, dado que o seu uso desregrado pode conduzir à extinção de várias espécies de peixes e crustáceos (mediante, por exemplo, o uso de malhas excessivamente finas, o que impede que os peixes juvenis possam escapar à captura).

De acordo com a Organização das Nações Unidas, a pesca ilegal, não declarada e não regulada, está estimada actualmente entre 11 e 26 milhões de toneladas de peixe por ano, movimentando entre 10 e 23 mil milhões de dólares, o que causa o esgotamento das reservas de peixe, o aumento dos preços e a perda de meios de subsistência dos pescadores.

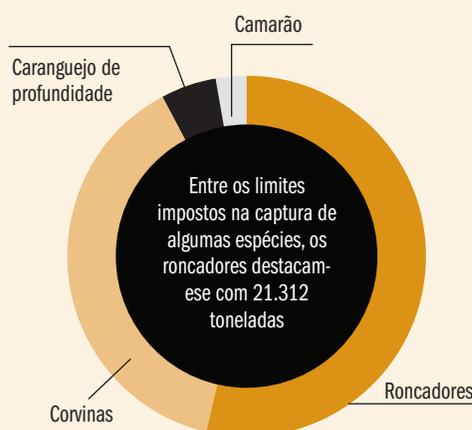


UM ACORDO de cooperação mútua e assistência administrativa em matéria aduaneira foi assinado entre Angola e a Namíbia. O acordo que tem aplicação imediata visa o reforço da troca de informação e o incremento da assistência administrativa dos serviços aduaneiros.



OS NÚMEROS DA PESCA

Angola conta com uma linha de costa de 1.650 quilómetros



361

Mil toneladas. Para este ano, o Governo autorizou um máximo de 361 mil toneladas de captura de pescado, mantendo para a pesca artesanal autorização para operar até 5.500 embarcações.

90

Embarcações. Segundo a regulamentação para a actividade, para este ano “é recomendado o licenciamento de 90 embarcações no máximo”, semelhante ao ano anterior.



2015

Para a pesca industrial (palangre e emalhar) são autorizadas 25 embarcações e outras 25 para a pesca de camarão de profundidade, ainda 18 para a pesca da gamba costeira e mais 100, no limite, para a pesca do atum do alto.

O regulamento sobre as medidas de gestão das pescarias marinhas, da pesca continental e da aquicultura para 2015 estabelece um Total Admissível de Captura (TAC) de pescado, liderado pelas espécies pelágicas (máximo de 259.869 toneladas), como carapau ou sardinha, entre outros.

LIMITES DE ALGUMAS ESPÉCIES



21.312

Toneladas de roncadores



2.000

Toneladas caranguejo de profundidade



1.200

Toneladas de camarão



15.458

Toneladas de corvinas

O Ministério das Pescas estipula prazos em que alguns tipos de pesca ficam vedados, ao longo do ano, em diferentes zonas do país, como medida de protecção. É estabelecida uma área reservada de pesca equivalente à extensão do mar territorial até às quatro milhas náuticas, bem como as águas continentais, para a pesca artesanal, podendo estender-se até oito milhas náuticas na zona norte, entre Ambriz e o enclave de Cabinda.

PUB

TRANSCOOP
Transportes Rodoviários

AGILIDADE, CONFORTO, SEGURANÇA E EXCLUSIVIDADE



**SERVIÇO
PERSONALIZADO COM
CONFORTO E
SEGURANÇA**

**O TAXÍMETRO SÓ SERÁ LIGADO
NO LOCAL DA CHAMADA**



Rua 21 de Janeiro, Bairro Rocha Pinto, Luanda
Call center
(+244) 947 992 829
(+244) 993 091 599

Trabalhamos com multicaixa



Economia/Política

EMPRESARIADO À ESPERA DE INVESTIMENTOS

Kwanza-Norte “no esquecimento”

INDÚSTRIA. Presidente da Associação dos Empresários do Kwanza-Norte queixa-se de uma “provincia esquecida”, mas com várias potencialidades à espera de investimentos.

Por Valdimiro Dias

O investimento estrangeiro em Angola “deve mudar de paradigma. Não deve ser de repatriamento de capitais, mas de imigração, em que o investidor, na qualidade de imigrante, poderá enviar parte dos lucros para o país de origem, sendo que a outra metade terá de reinvestir no país”. A tese é do presidente da Associação dos Empresários do Kwanza-Norte, Luís Nicásio, que justifica a sua posi-

ção com a necessidade do reforço de investimentos em áreas-chave, no âmbito do processo de diversificação económica. Para o responsável associativo, o cenário de diversificação “abre portas” para a atracção de mais investimento dirigido sobretudo à agricultura, na provincia, mas elege outras potencialidades do Kwanza-Norte, que, entretanto, “pouco ou nada recebe de investimentos, como o agronegócio, a mineração, a exploração de madeira e o turismo. “Parece ser uma provincia pouco apetecível, na verdade uma provincia esquecida”, caracteriza Nicásio, lembrando que, dos raros investimentos que o Kwanza-Norte recebeu, se destaca o mata-douro no planalto da Camabatela.



Santos Samuessa © VE

sário junta, entre as oportunidades de investimento, a aposta na produção de produtos, hoje importados, como a carne, os cereais e o azeite de palma, “tendo em conta que há condições que devem ser incorporadas num esforço conjunto dos empresários e Governo para ajudar na redução das necessidades alimentares”. A dependência do Governo, enquanto principal cliente, é outro dos “constrangimentos” do empresariado local, “gravemente” afectado pela queda de sectores como a construção civil, o comércio e a prestação de serviços, actividades que dominam a economia da provincia. Nicásio inclui “a falta de cultura empresarial” entre as dificuldades, além de apontar que parte significativa dos detentores das terras aráveis na provincia não possui inclinação para a prática da agricultura. “São situações que constituem obstáculos sérios à actividade dos empresários”, insiste, apelando, para maior envolvimento da classe para o desenvolvimento do território.

O projecto foi erguido no âmbito do programa ‘Angola Investe’, entretanto, depois de dois anos, continua paralisado, conforme publicou o VALOR, recentemente. Os demais projec-

tos, com destaque para os da indústria alimentar, apesar de garantirem reembolso financeiro, encontram-se paralisados por falta de divisas para a aquisição de equipamentos. O empre-

A Associação dos Empresários do Kwanza-Norte tem registado 180 associados, 75% dos quais são pequenos empreendedores, “que trabalham com imensas dificuldades”.

FORAM INSCRITOS SOMENTE CERCA DE 73 MIL IMÓVEIS

Segunda prestação do IPU em vigor



O pagamento da segunda prestação do imposto predial urbano (IPU) já vigora há mais de uma semana e deve prolongar-se até ao dia 31 deste mês, depois da conclusão da primeira fase no primeiro trimestre do ano. Dados da Administração Geral Tributária (AGT) indicam que, até ao momento, foram registadas cerca de 73 mil imóveis, num cenário em que se estima haver mais de um milhão de imóveis passíveis de tributação, contra um total de cinco milhões contabilizados no Censo Geral da População e Habi-

tação 2014. A preocupação das autoridades tributárias centra-se, por isso, nas construtoras e no número significativo de condomínios omissos na matriz, segundo a técnica da AGT Carla Almeida, em declarações ao VALOR. “A tributação é com base na inscrição e, em relação a esse quesito, estamos em défice, mas é O volume de inscritos que nos dá a previsão de arrecadação”, explica.

A técnica admitiu ainda “atrasos” no caso das centralidades que, até ao momento, não estão a ser tributadas por

falta de condições técnicas entre os Ministérios da Justiça, das Finanças, a imobiliária Imogestim e parceiros os provinciais. “O Kilamba vai ser a primeira a ter condições de ser tributada, pela sua dimensão.

A mensagem que passamos é que as centralidades não estão isentas do pagamento. Cabe ao estado inscrever esses imóveis a seu favor numa primeira fase, depois tributar o sisa (imposto sobre a transmissão onerosa de bens imóveis, para estarem em condições de pagar”, esclarece.



ANGOLA obteve uma receita turística de 1,6 mil milhões de dólares, em 2015, com a entrada no país de 592 mil turistas, afirmou, semana passada, em Luanda, o ministro da Hotelaria e Turismo, Paulino Baptista.



O ECONOMISTA Manuel Nunes Júnior defendeu, em Luanda, a necessidade de o país aumentar rapidamente a produção nacional de bens e serviços, para diminuir a pressão sobre as divisas escassas, no país.

POLÓNIA COM VÁRIAS EXPECTATIVAS DE INVESTIMENTO

80 empresas ‘piscam o olho’ a Angola

FÓRUM. Empresários polacos querem investir em várias áreas de negócio em Angola, mas o país tem prioridades concretas, segundo o ministro do Comércio. Empresários dos dois países avaliaram as possibilidades de investimento em Luanda.

Por José Zangui

Angola e Polónia discutiram as oportunidades de negócios, num fórum promovido pela Agência para a Promoção de Investimentos e Exportações de Angola (APIEX), em que participaram 80 empresas polacas e cerca de 100 angolanas.

Os polacos querem investir em todas as áreas, mas com maior intensidade na agro-indústria, segundo o embaixador angolano na Polónia, Domingos Culolo. Acontece que Angola tem sectores prioritários, definidos pelo Governo, conforme deixou claro o ministro do Comércio, Fiel Domingos Constantino. Trata-se das áreas que constam da cadeia produtiva dos cimentos, dos têxteis, da madeira, bebidas, açúcar,

silos de cereais e rações para a avicultura e a agricultura.

Em resposta, no que toca ao sector agrícola, a empresa polaca URSUS S.A mostrou-se pronta ao desafio da mecanização. A empresa já está instalada noutro país africano, na Etiópia, onde já passou da fase da venda para a montagem de tractores, actividade que agora quer desenvolver em Angola, de acordo com o seu director, Michel Nidzorski.

O Fórum teve um carácter ‘B2B’, ou seja, pela primeira vez, colocou frente-a-frente empresários dos dois países.

Para o ministro do Comércio, as bases estão lançadas para “o fortalecimento das relações empresariais” e apelou aos empresários de ambas as partes para agirem, durante o fórum que serviu de resposta ao interesse mostrado por investidores polacos.

Nos próximos tempos, a APIEX pretende organizar fóruns temáticos, como o fórum do café ou o fórum agrícola, e, para Setembro, tem agen-



António Henrique da Silva, presidente da APIEX.

dada a conferência internacional de exportações de produtos angolanos.

MAIS RELAÇÃO PRECISA-SE

O volume de negócios entre os dois países “ainda é muito fraco”, de acordo com o embaixador da Polónia em Angola, Piort Józef Mysliwiec, que, entretanto, não avançou números. Na base da baixa cooperação, como explica o diplomata, está o pouco conhecimento de Angola por parte

dos empresários polacos.

Estabelecidas em Novembro de 1975, as relações bilaterais, no domínio económico, estão confinadas no sector das pescas. Através da empresa Navimor, a Polónia assumiu a construção da Academia de Pescas e Ciências do Mar do Namibe, em 2008. Avaliado em 70 milhões de dólares, o projecto prevê a instalação, no local, de seis faculdades, um centro de treino e salvamento, uma biblioteca, resi-

30

Número de laboratórios previstos na Academia de Pescas do Namibe

dências para estudantes e docentes, um centro de processamento de pescado e 30 laboratórios temáticos, entre outros empreendimentos.

Na Academia, serão ministrados cursos de engenharia de electricidade e electrónica, electro-automação marinha, gestão costeira, engenharia de navegação, exploração de portos e frotas, engenharia mecatrónica de refrigeração, computação, desenho técnico e electrónica de equipamentos de comunicação, processamento de pescado, aquacultura e oceanografia.

A Polónia foi dos primeiros países a reconhecer a Independência de Angola, tendo despachado, entre 18 e 20 de Novembro de 1975, um enviado especial que assinou, com Agostinho Neto, a declaração de estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países. Em 1976, a Polónia abriu a sua embaixada em Angola e, um ano depois, Agostinho Neto aportou em Varsóvia, pela primeira vez, na qualidade de Presidente de Angola.



EMPRESÁRIO DE LUANDA

Congresso adiado para Outubro

Por Valdimiro Dias

Previsto para a primeira semana de Julho, o Iº Congresso dos Empresários de Luanda foi adiado para 6 a 7 de Outubro, por conta de atrasos relacionados com “aspectos organizativos”, indica uma

nota da organização do certame, assinada por Francisco Viana.

O apoio na promoção de políticas económicas e empresariais e o diálogo permanente entre a classe e o Governo constam dos objectivos da iniciativa que, segundo o presidente da Associação dos Empresários de Luanda, pretende, como fim último, “contribuir” para o desenvolvimento económico e social da província. “A ideia é buscarmos soluções e caminhos que

devem ser trilhados”, especifica, acrescentando que várias entidades oficiais já foram contactadas e notificadas do adiamento do encontro, entre as quais o vice-presidente da República, Manuel Vicente, o ministro da Economia, Abrahão Gourgel, e o governador de Luanda, Hígino Carneiro.

Criada em 2011 e com origens na Associação Industrial de Viana, A Associação dos Empresários de Luanda conta com 500 associados.

Economia/Política

ANGOLA ATRASADA NO CUMPRIMENTO DO PROTOCOLO DE QUIOTO

Renováveis à espera de mapeamento

ENERGIA. Angola explora pouco as renováveis, estando dependente das tradicionais energias hídricas e fósseis.

Por José Zangui

Angola tem um Plano Estratégico de Energias Renováveis que visa o desenvolvimento do sector até 2017, mas a sua implementação caminha lenta. Na prática, está apenas na fase de mapeamento em várias localidades.

Até ao momento, são conhecidos dois modelos em fase piloto, a cidade Eólica no Namibe, onde está a ser feita a experiência de energia eólica, numa parceria público-privada, que contou com um investimento estimado em 176,6 milhões de dólares. A falta de dinheiro é o factor apontado como entrave ao alargamento das energias limpas em outras comunidades, segundo Vladimir Russo.

Outro tipo de energia, a solar, foi ensaiada na 'Aldeia solar', no município de Icolo e Bengo, em Luanda, com cerca de 500 casas equipadas com placas solares. Actualmente não funciona e muitas placas já foram roubadas.

Esse projecto, de acordo com o ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, no acto da inauguração, serviria de teste para os futuros projectos de aldeias solar, caso fosse bem-sucedido.

A meta do Governo, no âmbito da energia solar, é a produção, até 202, de cerca de 100 megawatt para zonas rurais, num investimento estimado em 150 milhões de dólares.

O VALOR tentou, sem sucesso, junto do Ministério da Energia e Águas, obter mais dados sobre o grau de execução do Plano Estratégico das Energias Renováveis.

Especialistas consideram, no entanto, que Angola pode abastecer com sucesso cidades pequenas e comunidades rurais com energias renováveis. "Mas tudo passa por um plano nacional que defina as percentagens de energia a consumir: hídrica, solar, eólica e biomassa."

Vladimir Russo avisa que, "os custos de construção de barragens hidroeléctricas são muito elevados e as renováveis podem ajudar a avançar a economia e a indústria". O ambientalista aguarda o relatório final do Ministério da Energia e Águas sobre o mapeamento das potencialidades de produção de energia solar e eólica em Angola.

BENEFÍCIOS MÚLTIPLOS

Os benefícios da aposta nas energias renováveis são múltiplos. Por exemplo, há comunidades que não têm gerador e usam lenha. A colheita de lenha tem efeitos negativos sobre o ambiente, a devastação das florestas com os danos à saúde humana que comportam.

"Existem outros benefícios das energias renováveis, como a possi-

**Os que mais investem**

Um relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), divulgado em 2015, refere que a China foi de longe a maior investidora em energias renováveis, em 2014, com um investimento de 83 mil milhões de dólares, um aumento de quase 40% em relação a 2013.

Os Estados Unidos ficaram em segundo lugar, com 38,8 mil

milhões em investimentos, um crescimento de 7%, e no terceiro lugar ficou colocado o Japão, com 35 mil milhões de dólares e um crescimento de 10% em relação a 2013. Entre os falantes da língua portuguesa, apenas o Brasil aparece na lista dos dez maiores investidores em energias limpas, colocado na sétima posição com um investimento de 7,6 mil milhões de dólares.

bilidade de gerar novos postos de trabalho, quer através da criação de pequenas empresas quer por meio da concessão micro-créditos. Por exemplo, é necessário que existam

pessoas que carreguem as baterias para utilização em micro turbina eólicas", refere Vladimir Russo, apontando que "estas actividades podem gerar emprego".



FEIRA AGRÍCOLA

Angolanos preparam participação no 'Big Iron'

A embaixada dos Estados Unidos em Angola convidou os empresários nacionais a participarem na "Big Iron", uma das maiores feiras agrícolas do mundo, com arranque previsto para o próximo dia 13 de Setembro, em West Fargo, Dakota do Norte, Estados Unidos da América.

Em antecâmara à feira, foi realizado, em Luanda, um seminário que contou com a participação de 30 empresas e membros do Instituto do Fomento Empresarial (IFE), com o objectivo de preparar a participação das empresas nacionais no certame.

De acordo com a adida comercial da embaixada dos Estados Unidos da América, em Angola, Julia Rauner, podem participar do evento todas as empresas interessadas no ramo agropecuário.

Já a presidente do conselho de administração do IFE, Dalva Ringote, salientou que "o objectivo de Angola não é levar simplesmente empresas, mas sim uma representação que dignifique o nome do país".

Numa primeira fase, está assegurada a presença de 50 empresas nacionais, ligadas à agroindústria, num evento onde se prevê que estejam 70 mil firmas de vários pontos do mundo, o que o torna um dos maiores eventos do género no mundo.



Somos todos nós



SOMOS PELA INFORMAÇÃO ISENTA.

Na TPA estamos todos de acordo: é preciso falar claro para entender a actualidade nacional e formar opinião. Por isso, o programa de análise e debate da TPA tem um novo rosto e formato. Assista ao painel de jornalistas experientes que comentam os principais temas da semana, liderados por **Adalberto Lourenço**.

Todas as sextas-feiras depois do Telejornal, em directo na tpa.

Reposição às segundas-feiras à 01h.



www.tpa.ao

Mercado & Finanças

RELATÓRIO DO FMI NÃO AVANÇA NOMES

Apenas dois bancos recebem dólares de banco europeu



Reguladores internacionais impuseram sérias restrições à banca angolana no acesso aos dólares.

DIVISAS. Do conjunto de 28 bancos autorizados, apenas dois têm acesso directo a dólares, através de vendas exclusivas de uma entidade europeia, segundo o FMI.

Por Nelson Rodrigues

Angola tem actualmente apenas dois bancos a receber a divisa norte-americana, desde Dezembro do ano passado, quando o último banco correspondente fechou as portas em Luanda, revela um relatório do Fundo Monetário Internacional (FMI) de Junho a que VALOR teve acesso. O relatório do FMI não indica nomes das

duas instituições, no entanto, fontes do VALOR avançam o BAI e o BFA, sendo que é também mencionado o Standard Bank Angola, que receberá através do alemão Deutsche Bank.

O FMI justifica a decisão norte-americana de corte de fornecimento da principal divisa usada no país com os casos de falta de transparência financeira, vigilância de clientes, bases de dados de clientes de alto risco e preocupações com lavagem de dinheiro.

“Como resultado, um único banco europeu é agora o único fornecedor de dólares para bancos angolanos, e apenas dois têm acesso directo”, conclui o relatório do FMI, sobre a reti-

rada de correspondentes americanos em vários países. Desde então a ‘nota verde’ chega ao país por via de um banco Europeu que vende exclusivamente para os dois únicos bancos comerciais angolanos, sendo que os demais se servem dos leilões do Banco Nacional de Angola (BNA) e de serviços de pagamentos disponíveis em bancos europeus.

O último correspondente dos bancos dos EUA, o Standard Chartered (cujo nome não é mencionado no relatório), deixou Luanda em Dezembro do ano passado. Dois meses depois, precisamente em Fevereiro deste ano, parte da banca europeia cancelou, também, os pagamentos a clientes

angolanos em dólar. “Como resultado, um único banco europeu é agora o único fornecedor de dólares para bancos angolanos, e apenas dois têm acesso directo”, conclui o relatório do FMI, sobre a retirada de correspondentes americanos em vários países.

O research de Junho do FMI avança que as duas instituições têm ‘roubado’ aos concorrentes grande parte dos seus clientes empresariais com necessidades de financiamento em dólar. “Grandes empresas que carecem de acesso a divisa para pagamentos ao exterior estão a migrar para os dois restantes bancos angolanos [com acesso ao dólar], colocando pressão sobre os rendimentos de pequenos e médios bancos”, reforça o relatório do Fundo, que elenca 14 razões para retirada dos correspondentes americanos de várias capitais de países, incluindo Luanda (ver quadro ao lado).

SAÍDAS DO BANCO CENTRAL

Para responder às pressões do mercado e manter a economia funcional, o BNA colocou o euro como moeda dos leilões. Há mais de dois meses que as vendas do banco central são realizadas em moeda europeia. Desde a segunda semana de Maio, o BNA vendeu 716,2 milhões de euros (correspondentes a 809,7 milhões USD), em cinco leilões ininterruptos desde que o dólar ‘saiu de circulação’ oficial.

De 9 a 13 de Maio, foi a última vez que a entidade dirigida por Valter Filipe vendeu divisa americana, com uma colocação de 217,8 milhões de dólares, montantes absorvidos por 24 dos 28 bancos que operam no sistema financeiro angolano.

MAIS RESTRIÇÕES A AFRICA

Angola não é única Nação africana que viu ‘fugir’ várias representações de bancos norte-americanos. Segundo o FMI, a Libéria é dos países africanos que, nos últimos anos, tem experimentado uma significativa perda de bancos correspondentes.

Entre 2013 e meados de 2016, o país perdeu 36 de 75 instituições financeiras correspondentes. “Todos os bancos liberianos perderam, pelo menos, um dos seus bancos correspondentes, com o mais afetado a perder 78% destas relações”, refere o relatório do Fundo, que cita report de bancos centrais dos países membros.

Situação idêntica vivem o Botswana e a Guiné Equatorial. No Botswana, por exemplo, a preocupação com a conformidade com o casos de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo levaram alguns correspondentes a fechar contas no banco central.

A Guiné Equatorial perdeu, por sua vez, desde 2009, e por questões associadas à corrupção e lavagem de dinheiro, 20 contas de entidades correspondentes junto do seu banco central.

RAZÕES DA RETIRADA DOS CORRESPONDENTES

O FMI arruma 14 principais razões não observadas e que forçaram a autoridade financeira dos EUA afastar os bancos correspondentes de economias com problemas de compliance.

- Reformas regulatórias acordadas internacionalmente.
- Imposição de ações de execução
- Alterações legislativas, reguladoras e de supervisão.
- Imposição de sanções internacionais sobre bancos locais
- Conformidade Legal / exigência de supervisão / regulamentação
- A preocupação com informação insuficiente sobre os procedimentos de vigilância de clientes nos bancos locais.
- Base de clientes de alto risco
- Incapacidade / custo para realizar vigilância da clientela.
- Preocupações com a lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo
- Consolidação da indústria dentro da jurisdição da instituição financeira estrangeira.
- Classificação de risco de crédito soberano
- Mudanças estruturais do lado dos correspondentes.
- Propensão para o risco global.
- Falta de rentabilidade de certos bancos correspondentes (serviços / produtos)



O BANCO SOL concedeu, até ao primeiro semestre deste ano, mais de 166 milhões de dólares em microcréditos, revelou a sub-directora desta instituição bancária, Justina Nascimento Teixeira, durante um seminário sobre o microcrédito, no Bengo.



O ANALISTA da agência Fitch, Federico Salazar, que segue a economia de Angola, alerta que a desistência do pedido de ajuda ao FMI “aumenta os riscos de exposição externa do país” e que outras formas de financiamento podem não estar disponíveis”.

EM CAUSA NEGÓCIO DE 1,7 MIL MILHÕES

Futuro da Cobalt nas mãos da Sonangol

PETRÓLEO. ‘Salvação’ da empresa norte-americana pode estar nas mãos da Sonangol, caso a petrolífera pública concretize a compra da participação da Cobalt nos blocos 21/09 e 20/09

Por Cândido Mendes

A petrolífera Cobalt espera que a Sonangol avance com o pagamento dos cerca de mil milhões de dólares para a transferência dos 40% que a empresa norte-americana detém nos blocos 21/09 e 20/29, a favor da petrolífera pública.

A Sonangol concordou, no ano passado, em pagar 1,75 mil milhões de dólares à Cobalt Internacional Energy, pelo total da participação desta empresa nos dois blocos e a nova administração da empresa angolana já terá reafirmado “intenção total” de fechar o negócio. Observadores receiam, no entanto, que o acordo possa estar comprometido agora, sobretudo, após a última indicação da petrolífera pública que anunciou a suspensão do processo de venda de activos, além das últimas declarações de José Eduardo dos Santos que apontaram para a interrupção das transferências de receitas da Sonangol para as

contas do Tesouro, há vários meses.

Caso a compra não se concretize, a Cobalt será obrigada a devolver os 250 milhões de dólares avançados pela Sonangol, no acto de assinatura do acordo, o que pode agravar significativamente a situação financeira, já apertada, da empresa norte-americana.

Importantes reservas de crude foram encontradas pela Cobalt nos dois blocos e o montante acordado cobriria os investimentos realizados, incluindo alguns gastos nos últimos anos. Segundo os termos do contrato-promessa, a Cobalt continuaria como operadora de ambos os blocos por um período transitório, mas a Sonangol assumiria todos os custos decorrentes. O Governo angolano ficou assim de ratificar o acordo, por mero formalismo, uma vez que o negócio estava garantido.

As regras estabelecidas do sector petrolífero nacional ditam que a Sonangol tem direito de preferência sobre quaisquer transacções de participações de que uma petrolífera queira dispor. Conhecedores do dossier, baseando-se no ‘modus operandi’ da gigante angolana, aventaram que a Sonangol pretendia comprar a participação da Cobalt e revender a terceiros, gerando lucros no processo.



A reestruturação no sector dos petróleos teve impacto negativo no negócio entre as duas empresas

250

Milhões de dólares é quanto a Cobalt terá de devolver a Sonangol, caso o negócio não esteja fechado até o próximo mês

1,7

Mil milhões de dólares é o valor que a Sonangol se propôs a pagar à Cobalt, pela totalidade da participação nos blocos 21/09 e 20/09.

750

Milhões de dólares é quanto restará nos cofres da Cobalt, caso tenha de devolver a prestação já avançada pela Sonangol.

nacional enviaram sinais preocupantes aos intervenientes no sector, principalmente aqueles que aguardavam pelo pagamento de dívidas ou pelo cumprimento de contratos financeiros. A ansiedade dos investidores viria a agravar-se com a aprovação da reestruturação da Sonangol, em que a petrolífera pública ficaria focalizada no papel de concessionária. As mudanças tiveram impacto na desvalorização da Cobalt, com as acções a tombarem 13% em Maio passado, o nível mais baixo atingido desde o Fevereiro.

COBALT EM MAUS LENÇÓIS

Se, até ao próximo mês, a Sonangol não pagar os valores em falta, a Cobalt terá de devolver os 250 milhões de dólares adiantados, apesar de ser uma situação que não agrada à empresa norte-americana, tendo em conta a aflição financeira em que encontra.

De acordo com projecções financeiras, se tiver de devolver o dinheiro à Sonangol, a empresa ficará apenas com 750 milhões de dólares nos seus cofres, sendo que as despesas para este ano estão fixadas em 450 milhões de dólares. Em 2017, terá mais de 75 milhões de juros para

o serviço da sua própria dívida e outros 220 milhões em forma de compromissos de plataforma. “Sem essa transacção ou qualquer outra alteração das circunstâncias, eles provavelmente iriam ficar sem dinheiro no próximo ano”, disse uma fonte internacional familiarizada com o assunto.

Para “piorar”, a Cobalt tem 2,6 mil milhões em dívida com cerca de metade a vencer em 2019.

Se a Sonangol não concretizar a compra, a empresa norte-americana também não terá condições de operar os blocos ou outros projectos que detém que “exigem investimentos adicionais.”

Em condições adversas do mercado, no passado, a Sonangol exigiu a renegociação de contratos, tal como o fez o antigo PCA, Francisco de Lemos, e espera-se que Isabel dos Santos venha a fazer o mesmo. “Na essência, a Cobalt é um vendedor forçado, com o poder de negociação limitado”, considerou a fonte.

Assim a salvação de uma empresa norte-americana poderá estar a depender de uma empresa angolana. Mateus Cristóvão, porta-voz da Sonangol, não respondeu ao mail do VE, que solicitava esclarecimentos.

Mercado & Finanças

COM A REVISÃO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

BDA transfere despesas de juros ao Tesouro

RECURSOS. Custos com bonificação de juros e garantia de crédito deixam de estar dependentes do BDA e passam a ser assumidos pela conta única do Tesouro. Medida já recebeu aval do Conselho de Ministros e entra em vigor nos próximos dias.



Manuel Tomás © VE

Por Nelson Rodrigues

O Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) vai deixar de assumir encargos com taxas de juros bonificadas e garantias de crédito em projectos de investimento privado, passando a responsabilidade ao Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), revelou ao VALOR o presidente do conselho de administração do banco.

De acordo com Manuel Neto, a estratégia consta de uma proposta de revisão do regulamento de gestão do FND, encaminhada ao Governo, visando reforçar as competências do BDA na utilização dos recursos do Fundo, na financiamento do programa de fomento ao investimento privado não petrolífero.

“O BDA tem a prerrogativa de bonificar taxas de juros e conceder garantias aos investidores, mas,

do ponto de vista operacional, o banco não conseguia fazer isso, porque devia fazer com os recursos do FND, e o anterior regulamento não permitia que os custos fossem imputados ao FND”, justificou o presidente do banco.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento foi criado pela lei nº06/06, de 29 de Setembro, e é sustentado com recursos do Tesouro, cuja gestão foi confiada ao Banco Desenvolvimento de Angola, este que recebe transferências de 5% das receitas do imposto petrolífero e 2% das receitas do imposto dos diamantes.

A proposta de revisão do BDA já recebeu, há duas semanas, ‘luz verde’ da equipa económica do Governo de José Eduardo dos Santos e aguarda a publicação em Diário da República.

Da proposta, está também previsto a desindexação das taxas de juros dos empréstimos do BDA à taxa LIBOR [do inglês London Interbank Offered Rate], referência para a taxa média de juros interbancários de Londres, passando a fixa-las com referências às taxas dos Títulos e Bilhetes do Tesouro a 91 dias.

257

Mil milhões de kwanzas, valor patrimonial do Fundo Nacional de Desenvolvimento

Desde a sua constituição, em 2006, o FND foi gerido pelo BDA, mas a falta de um regulamento condicionava as acções do banco, que via ameaçada a estabilidade do seu capital, sem renovação do instrumento de gestão. “Se concedéssemos bonificação de juros e garantias, nessas circunstâncias, haveria um impacto no capital do banco. Para podermos fazer essas operações, tínhamos de recorrer ao capital próprio, o que geraria perdas para o banco”, apontou Manuel Neto, para quem a entrada em vigor do novo instrumento de gestão do FND vai ajudar na promoção de investimentos.

FINANCIADOS 900 PROJECTOS
O valor patrimonial do FND ronda,

actualmente, os 257 mil milhões de kwanzas, somas que foram transferidas pelo Tesouro às contas do BDA desde 2006, altura em que o banco de capital público iniciou operações.

Do total do número até agora desembolsado pelo Estado, o banco já financiou cerca de 900 projectos, correspondendo a 117 mil milhões de kwanzas, alocados em projectos da agricultura, indústria, comércio e serviço.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento é constituído por valores que visam financiar projectos do sector privado nacional, no âmbito dos programas de desenvolvimento do país. Compete ao Governo definir os termos e condições de gestão, administração e aplicação dos recursos deste órgão, conforme o Diário da República de 29 de Setembro de 2006, que cria o Fundo.

“A razão da revisão [do anterior regulamento da lei do FND] é adequar aos objetivos do Governo, que consistem no fomento e promoção do investimento privado fora do sector não petrolífero”, salientou Manuel Neto.



Novas mexidas no BNA

O governador do Banco Nacional de Angola criou um novo gabinete na instituição que passa a ocupar-se do intercâmbio e das relações internacionais, informa uma despatcho interno, assinado por Valter Filipe, no fim do mês de Junho.

O gabinete é dirigido por Sinaouk Fortuna, quadro formado em Ciências Políticas, e, segundo justifica o despacho, a sua criação decorre do “processo de reestruturação e modernização do Banco Nacional de Angola” que, entre outras medidas, incluiu também um novo departamento de provedoria, dirigido por Domingos das Neves.

Fonte do BNA comentou ao VALOR que todo o processo de reestruturação visa assegurar a adequação às normas prudenciais, facto que exige “por consequência uma gestão prudente do banco central”. A mesma reforça que os sinais de mudança “têm sido notórios”, justificando com o facto de se estar a observar “uma actuação diferente” da autoridade reguladora do sistema bancário que levou a mudanças na administração e na movimentação de gestores. “A administração do BNA, por exemplo, é assegurada sobretudo por quadros da instituição e inclui dois administradores com especialidade em contabilidade e diplomacia”, detalha, apontando que se trata de profissionais que “têm pautado pelo cumprimento dos desafios atinentes à boa gestão e à transparência para assegurar o papel do BNA, enquanto banco central”.

Quando o informal ‘aterroriza’ o formal – a trajectória ‘do câmbio informal’



Mário Muijes © VE

Desde o ano de 2003, a estabilização macroeconómica de Angola tem passado pela limitação da variação da taxa de câmbio, com o objectivo de evitar que uma excessiva desvalorização do Kwanza levasse ao aumento do custo de importação de factores de produção e de produtos acabados, bem como à desvalorização de todos os activos da economia.

Para o efeito, a Equipa Económica do Conselho de Ministros fazia uso das extensas receitas em dólares, advindas essencialmente da actividade petrolífera, colocando-as à disposição da economia à medida das “necessidades” de importação e cumprimento de outras obrigações externas. A boa reputação do sistema financeiro nacional permitiu também, de forma contínua, o acesso à moeda física (notas) – principal activo transaccionado no mercado informal, facto que contribuiu para a limitação do diferencial entre as taxas praticadas pelo BNA e pelo mercado informal.

Desde 2014, em resultado da crescente incapacidade do Banco Central de satisfazer a procura por dólares da economia, aumentou gradualmente a pressão sobre o mercado informal, que respondeu com o aumento do diferencial entre a sua taxa e a praticada no mercado formal. Este diferencial atingiu os 20% em Junho de 2014, 60% em Junho de 2015 e 250%

em Junho de 2016. Notemos que parte da procura adicional que se verifica no mercado informal consiste numa tentativa de protecção das poupanças das empresas e famílias, em função da expectativa de futuras desvalorizações. Aqui reside uma solução para o controlo da desvalorização do Kwanza no informal: a eliminação da expectativa de desvalorização futura (por via do ajustamento da taxa de câmbio ou da demonstração de capacidade de intervenção por forma a manter a taxa corrente).

Entretanto, o sistema bancário angolano viu aumentar os custos de acesso às notas junto dos correspondentes, facto que leva os bancos angolanos a praticarem uma margem maior entre a taxa das divisas (que o BNA pratica) e a taxa das notas que disponibilizam aos clientes. Consequentemente, o mercado informal ajusta o diferencial para captar, não apenas a maior procura a si orientada, mas também o maior diferencial que os bancos comerciais praticam entre a taxa das notas e a taxa das divisas.

Uma outra característica recente do mercado cambial é o aumento da volatilidade da taxa do informal. Mesmo sem análises empíricas ainda disponíveis, é expectável que o aumento da volatilidade seja resultado da pouca profundidade deste mercado, versus a forte pressão a que está exposto e a multiplicidade de factores que o influenciam (taxa praticada pelo BNA, taxa praticada pelos

bancos comerciais e casas de câmbio, flutuação da poupança das famílias, importações irregulares de notas pelos bancos, flutuações nas expectativas de desvalorização, variações no preço do barril de petróleo, evolução do crédito à economia, evolução das reservas internacionais líquidas, etc).

A solução para a redução da volatilidade verificada na taxa de câmbio do mercado informal passa pela maior disponibilização de notas das mais importantes moedas estrangeiras (na óptica da balança de pagamentos do país) como o Dólar, o Euro, o Renmimbi, o Rand e o Real, particularmente, nos segmentos da procura que mais facilmente recorrem ao mercado informal (famílias e pequenas empresas).

Para o efeito, é necessário um maior esforço no sentido de importação de maiores volumes de notas, bem como a viabilização da exportação de activos económicos cujas taxas de utilização não são altas. Normalmente, é mais aceite a ideia de exportação de bens e produtos transformados no país. Contudo, aproveitando da desvalorização transversal de todos os activos da nossa economia, bem como o provável sobre-dimensionamento da mesma (em termos de estoque de capital), deve ser considerada a possibilidade de exportação para os países vizinhos cujas moedas sofreram menos desvalorização relativamente ao dólar, de diversas categorias de activos.

Mesmo sem análises empíricas ainda disponíveis, é expectável que o aumento da volatilidade seja resultado da pouca profundidade deste mercado versus a forte pressão a que está exposto e a multiplicidade de factores que o influenciam.

Empresas & Negócios

RESULTADOS CONSOLIDADOS DE 2015

Ensa factura 320 milhões de dólares em ano de crise

SEGUROS. Empresa pública apresenta números que revelam crescimento de dois dígitos em contexto de crise. Mas o valor das indemnizações atingiu cerca de metade das receitas.

Por Valdimiro Dias

As receitas da Ensa, empresa pública líder do sector dos seguros, cresceram 17,6% para os 320 milhões de dólares (quatro mil milhões de kwanzas), em 2015, alcançando 82% dos objectivos da firma, revelou o seu presidente do conselho de administração (PCA), Manuel Gonçalves.

Os resultados da seguradora indicam, no entanto, que mais de metade da facturação (50,06%) cobriu as despesas com as indemnizações pagas às vítimas de sinistro, relacionados com saúde, automóvel e acidentes de trabalho, que reclamaram, no conjunto, 144 milhões de dólares. Números “expressivos” que, segundo Manuel Gonçalves, revelam que parte significativa das receitas é canalizada para reembolsos de indemnizações. “Em regra, os prémios pagos às seguradoras pelas empresas são incomparavelmente inferiores aos capitais que as seguradoras pagam às empresa e particulares quando são vítimas de sinistros”, considerou o PCA da Ensa, enquanto intervinha no seminário sobre ‘seguros obrigatórios para as empresas: automóvel e acidente de trabalho’, que decorreu em Lunda, na semana passada.

Ainda sobre os resultados, o rácio de solvabilidade da empresa – indicador da proporção relativa dos activos financiados por capitais próprios contra os capitais alheios – atingiu os 130%, situação que



MEMORIZE

● **No mercado** há 38 anos e exclusivamente de capitais públicos, a Ensa é a maior seguradora de Angola e emprega 632 colaboradores por todo o país.

144

Milhões de dólares é o valor pago em indemnizações em seguros

coloca a Ensa em posição “confortável”, para assumir responsabilidades decorrentes de sinistros que ocorram “em qualquer dos ramos de seguro existentes”.

Em relação ao seguro de saúde, alvo de várias reclamações de clientes nos últimos meses, Manuel Gonçalves explicou que os “poucos casos” surgidos foram “prontamente resolvidos”, restando apenas um processo, cuja negociação “está em curso”.

MAIS 5 MIL SINISTROS EM 3 ANOS

A Ensa registou 5791 sinistros relacionados com doenças profissionais e acidentes de trabalho nos últimos três anos, em todo o país. Do total, Luanda concentrou 87% dos casos (5.054), seguindo-se Benguela com 9% (489), ao passo que as restantes 16 províncias representaram apenas 4% (248), quando dados das Nações Unidas indicam uma média de cinco milhões de acidentes de trabalho, por dia, em todo o mundo.

Raul Nelson, responsável da Ensa pela área dos seguros de doenças profissionais e acidentes de trabalho, analisa que há um grande “incumprimento” por parte das empresas, em relação à obrigatoriedade do seguro de acidentes de trabalho. Por isso, aconselha os trabalhadores a denunciarem, sempre que necessário, à Inspeção Geral do Trabalho.

O administrador executivo da Ensa Mota Lemos considera, por sua vez, que as tarifas do seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel “são díspares e violam o dever de uniformização previsto na lei que regula a matéria”. No caso da Ensa, para uma viatura modelo i10, o valor máximo da apólice é 33 mil kwanzas, “números que podem reduzir em função de vários critérios”. Em caso de danos a automóveis de terceiros, a seguradora cobre despesas num máximo de até 13 milhões de kwanzas.



PETRÓLEOS ENSCO demite comissão sindical

A empresa petrolífera ENSCO, que opera em Angola na área de perfuração em offshore, poderá estar a incorrer à prática de violação dos direitos dos trabalhadores, ao demitir os membros da comissão sindical central da empresa, por reclamarem por um ajuste salarial.

A reclamação, segundo os trabalhadores, surge em função da alteração cambial que se verifica no mercado, que é desproporcional aos salários auferidos, sendo que estão estabelecidos em dólares, mas pagos em moeda nacional.

Finda Midi, primeiro secretário sindical, também expulso, denuncia a direcção daquela empresa de agir “de forma prepotente ao ter decidido de forma unilateral despedir a comissão sindical”.

A acusação da comissão sindical, segundo a Rádio VOA que avançou a notícia, não mereceu qualquer reacção da direcção da empresa petrolífera norte-americana. Contactado, o diretor-geral adjunto, José Cupessala, negou-se a comentar o assunto, sob o escudo de não estar autorizado.

De origem norte-americana, a ENSCO dedica-se à perfuração de poços de petróleo e gás no offshore nacional e internacional e fornece plataformas de perfuração e equipas ao abrigo de contratos com grandes empresas internacionais.



A EKA prevê aumentar a produção de 13 para 18 mil hectolitros de cerveja com a reactivação de uma segunda linha de enchimento que se encontrava paralisada desde Maio, por falta de matéria-prima.



A EMPRESA Nacional de Exploração de Aeroportos e Navegação Aérea (ENANA) adjudicou à construtora China Railway 20th Construction Bureau (CR20) as obras de recuperação e ampliação do aeroporto do Cuito, no Bié.

PROJECTO PODE SER RETOMADO EM BREVE

Falta de vagões adia transporte de gás para Malanje pelo CFL

TRANSPORTES. A previsão de arranque do transporte de gás apontava para Setembro de 2015, mas a falta de vagões inviabilizou o negócio entre os Caminhos-de-Ferro de Luanda e a Sonagás. A instituição ferroviária mantém a esperança de concretizar o projecto a breve trecho, afirma o porta-voz da Instituição, Augusto Osório.



CFL gastou 95 milhões de kwanzas, em 2015, em reparações

passageiros). Mensalmente os Caminhos-de-Ferro de Luanda arrecada 42 milhões de kwanzas, fruto do transporte, arrendamento de bens imobiliários e parques de estacionamento, segundo o presidente do conselho de administração do CFL, Celso Rosa, que explicou que 50% do valor provém fundamentalmente dos transportes de passageiros, 35% de cargas transportadas e 15% dos arrendamentos imobiliários.

Segundo Celso Rosa, o total do valor arrecadado corresponde apenas a cerca de 38% das necessidades mensais da empresa ferroviária, porque os custos da instituição estão estimados mensalmente em cerca de 288 milhões de kwanzas. No ano de 2015, a empresa teve gastos de cerca de 95 milhões de kwanzas devidos a reparações dos comboios, em consequência de acidentes que se registam na linha férrea, e que criam prejuízos aos Caminhos-de-ferro.

Diariamente, mais de 15 mil pessoas são transportadas no troço da estação do Bungo até Catete, no entanto, segundo o porta-voz do CFL, as receitas arrecadadas com a venda de bilhetes não cobrem os custos de manutenção da circulação diária da locomotiva. O CFL recebe dos cofres do Estado um subsídio de 102 milhões de kwanzas mensais.

A administração do Caminho de Ferro de Luanda (CFL) anunciava, em Novembro do ano passado, que iria adquirir mais locomotivas. O investimento pretendia aumentar para mais de três milhões o número de passageiros por ano, revelava, na altura, o presidente do Conselho de Administração.

O PCA do CFL destacava ainda o trabalho de manutenção em “quase toda as vias para que sejam seguras e para que os comboios circulem com segurança”.

Por Valdimiro Dias

A falta de vagões de transporte inviabilizou a pretensão dos Caminhos-de-Ferro de Luanda de transportar gás butano para Malanje, no âmbito de um acordo que a empresa pretendia estabelecer no ano passado com a Sonagás, a subsidiária da Sonangol. A previsão de arranque estava para Setembro de 2015, mas “nada se efectivou”, explica o diretor do gabinete de Intercâmbio, comunicação, marketing e serviços, da instituição ferroviária, Augusto Osório, que, contactado pelo VALOR, não arriscou um horizonte temporal para o início da operação.

“Somente após a aquisição dos vagões de transporte, vão activar-se os outros procedimentos. O negócio está condicionado por uma questão técnica”, disse ao VE. No ano passado,

foram efectuadas duas viagens experimentais de transporte de gás para Malanje e Ndalatando. Nessa altura, segundo os responsáveis da empresa, faltava apenas aprimorar os termos do acordo relativos ao número de frequências de viagens por mês e quantidades transportáveis, pendentes que, por sua vez, dependiam em parte da resolução dos problemas que a linha apresentava ao longo de 215 quilómetros, e que condicionam o transporte de grandes quantidades de produtos. No ano passado, Augusto Osório

MEMORIZE

- **Diariamente**, mais de 15 mil pessoas são transportadas no troço da estação do Bungo até Catete, no entanto as receitas não cobrem os custos de manutenção da circulação diária da locomotiva. O CFL recebe dos cofres do Estado um subsídio de 102 milhões de kwanzas mensais.

explicou que a solução para suprir as insuficiências apontadas constavam de um plano de negócios submetido ao ministério de tutela, liderado por Augusto Tomás. O plano prevê a compra de vagões para o transporte de contentores, viaturas e outros tipos de mercadorias, vagões cisternas para o transporte de gás e cereais e a construção de seis novas estações.

Neste momento decorre a duplicação de linhas da estação do Bungo até à Baía em Viana, projecto que inclui a ligação com o novo aeroporto internacional de Luanda e o porto da barra do Dande. Prevê-se também a construção, ao longo do seu tracejado, de seis passagens superiores para evitar os actuais constrangimentos gerados com cruzamento de linhas.

Para além do transporte regular de passageiros, o Caminhos-de-Ferro de Luanda efectua o transporte de combustível semanalmente para Malanje para a Sonangol logística, numa frequência de quatro viagens por semana, além das cargas ligeiras (pequenos embrulhos e quindas dos

PREÇO DE BILHETES DO COMBOIO

Rotas	
Comboio Expresso	200 kzs
Suburbano	30 kzs
Aniversário	2 mil kzs
Luanda/Ndalatando	1500 mil kzs
N'dalatando/Malanje	1500 mil kzs

A bagagem de mão que apresentar com peso superior a 40 quilogramas paga a taxa de 20 kzs por cada quilo.

(In)formalizando

Manuel Tomás © VE



Funge House serve, há 18 anos, comida tradicional angolana

CASAS DE COMIDA EM LUANDA

Alternativa para quem anda com os ‘bolsos curtos’

RESTAURAÇÃO. Um pouco por toda a cidade, existem casas e quintais a ‘substituir’ os restaurantes formais. Com preços a variar entre os mil e quatro mil kwanzas, há de quase tudo nestes locais: desde pratos nacionais a internacionais, até a possibilidade de se fazer ‘kilapis’ na comida.

Por Onélio Santiago

Lá se foi o tempo em que as ‘casas de comida’ eram procuradas apenas por zungueiros e taxistas. Quem transforma o quintal em ‘restaurante’ já não se espanta quando um gestor bancário ou alta patente militar/policial se acomoda nas cadeiras de plástico e, indiferente ao calor pro-

vocado pela falta de ar condicionado, paga mil kwanzas pelo almoço. Com a predominância de pratos nacionais, a venda informal de comida funciona sobretudo de segunda a sexta-feira, adequando-se à rotina de trabalho dos clientes. O volume de vendas e o preço de cada refeição varia de acordo com a localização da casa. Em média o almoço é servido por mil kwanzas – sem direito a bebida cujo preço varia entre os 150 e os 300 kwanzas.

Rosa Cláudia é dona e gerente de uma ‘casa de comida’ que já conta 18 anos. Embora o nome oficial do esta-

belecimento seja ‘Restaurante Anjocatil’, se se perguntar a um dos clientes “onde é que vai almoçar?” a resposta é “vou almoçar na Tia Rosa”. Para Rosa Cláudia, no entanto, “isto não é problema”. O que mais preocupa esta luandense de 40 anos é a subida “constante dos preços”. “Está muito difícil. Os preços não estão regulares. Nos armazéns, todos os dias encontramos novo preço”, lamenta, referindo que, como não pode ‘mexer’ no preço do prato a cada subida que se regista nos armazéns, a alternativa tem sido reduzir a quantidade de comida

a servir. “É complicado subir o prato. Os clientes dizem que o salário não subiu e, por isso, o preço tem de se manter assim com está.”

Na ‘casa’ de Rosa Cláudia, que se situa no bairro Militar, Maianga, o prato custa mil kwanzas. Da feijoada ao mufete, passando pelo churrasco e bacalhau, o ‘sítio’ serve também funge – com acompanhantes diversos, como o molho de tomate e o peixe frito ou grelhado, a galinha de moamba, o feijão de óleo de palma, bem como o calulu, que tanto pode ser de peixe como de carne seca.

Nos dias com boa adesão de clientes, que sucede normalmente entre 28 de um mês e 10 do mês seguinte, Rosa Cláudia chega a vender mais de 70 pratos diários, facturando, cerca de 70 mil kwanzas sem contabilizar o consumo de bebidas.

Estes números, no entanto, não animam a dona do ‘Anjocatil’ porque, ao fazer as contas ultimamente, acaba por vender “apenas o que foi comprado”, tendo em conta “a forma como os preços continuam a subir”.

Além dos clientes que pagam na hora, também existem os “assinantes”. Estes são maioritariamente os assalariados. Durante o mês, através de um caderno que fica com Rosa Cláudia e onde consta o nome, endereço e profissão, os clientes anotam tudo o que consomem. No final do mês, pagam com uma taxa acrescida de 500 kwanzas para a comida e 100 kwanzas para a bebida. Apesar de os considerar “proveitosos”, Rosa Cláudia admite que os “assinantes” têm os dias contados porque, “muitas vezes”, tem de esperar até dois meses para receber o dinheiro. “Já não tem funcionado muito bem. As pessoas pedem-me sempre para aguardar mais um mês e esquecem que também tenho salários para pagar.”

Quando Rosa Cláudia explica que não trabalha sozinha, refere-se às seis ‘meninas’ que a auxiliam – três na cozinha e três no serviço das bebidas. Nesta última área, trabalha, há cinco meses, Albertina Romão, de 36 anos, que soube do emprego através de uma cunhada. Natural do Kwanza-Norte, Albertina Romão não revela o salário por “ser segredo”. A funcionar em regime de turno com mais duas raparigas, lamenta por ter uma remuneração não fixa e que varia em função das receitas arrecadadas em cada mês. Ainda assim, por ter dois filhos para criar, entende que “isto não é motivo para deixar o trabalho”. Até porque, acrescenta a jovem, “o emprego não está fácil”.

CASA DO FUNGE

Desde Julho de 1999 que funciona, no Kinaxixi, em Luanda, a ‘Funge House’. O nome, segundo Manuel Costa, o proprietário, deveu-se à necessidade de se arranjar “um título que se adequasse à actividade da casa” – que se baseia na confecção de pratos nacionais, embora o menu contemple também a cozinha internacional. Nestas quase duas décadas de trabalho, Manuel Costa não hesita em classificar o percurso como “bastante



MAIS DE 300 MILHÕES de kwanzas foram arrecadados, na Praça da Independência no Uíge, pelos expositores da VII edição da Feira Agro-pecuária “EXPOUÍGE 2016.



PELO MENOS 15 empresas de diferentes ramos, entre nacionais e namibianas, participaram na 10ª edição da Feira Agropecuária do Cunene.

Quintais de sucesso

Há mais de dez anos, surgiu, na Ilha de Luanda, uma casa de comida denominada ‘Quintal da Tia Guida’. A casa, que funcionava com cobertura de luandos e chapas, possui estruturas e serviços que chegam a rivalizar com os mais requintados restaurantes. Há cerca de quatro anos, começou a funcionar o ‘Quintal da Tia Guida 2’. Abertas de segunda à sexta-feira, ambas as casas estabeleceram três mil kwanzas como preço mínimo de um prato.

Ao contrário das casas situadas no centro de Luanda, as da Ilha são frequentadas por uma grande variedade de pessoas, entre músicos, empresários, políticos e turistas estrangeiros. Os grelhados, dependendo do tipo de peixe, são as especialidades destas casas.

exitoso”. Apesar de se ter assumido sempre como uma casa formal, obedecendo aos pagamentos regulares de impostos, a Funge House encontrou resistência por parte de alguns clientes que mostravam alguma aversão à ‘modernização’. “Quando começámos, a casa não era climatizada, não tinha tecto falso. Quando decidimos evoluir para dar-lhe algum requinte, gerou-se alguma polémica. Houve clientes que entendiam que a casa

do funge não devia ser climatizada porque o funge é para se comer no calor”, recorda com algum humor, desvalorizando o incidente.

Actualmente, a ‘Funge House’ funciona com o ‘buffet’, possibilitando aos clientes servirem a comida, mediante ao pagamento de uma valor que ronda os quatro mil kwanzas. Há também serviços de ‘take away’, cujos preços variam de acordo com a quantidade de comida.

ZAIRE

Pesca artesanal em risco

A falta de lojas de vendas está a dificultar o relançamento das pescas no Kinzau, no Tomboco, Zaire, reivindicaram os pescadores afectos ao centro de apoio à pesca artesanal de Cazai, que querem que haja mais investimentos.

A localidade possui potencialidades em recursos marinhos, mas faltam alguns incentivos

como o apoio em materiais de pesca e créditos bancários.

A inexistência destes espaços obriga os pescadores a deslocarem-se para outras localidades na busca de materiais de pesca que, por vezes, adquirem a preços exorbitantes, um facto que para o pescador Rodrigues Manuel constitui uma “oportunidade para os empre-

sários investirem no ramo por ser uma das fontes de arrecadação de receitas e o sustento das famílias”.

Outro constrangimento tem que ver com a aquisição dos derivados do petróleo, cuja ausência contribui para a redução dos níveis de captura de pescado devido à inoperância de algumas embarcações de pesca e obriga os pescadores a percorrerem quilómetros até às sedes municipais do Tomboco e Soyo para adquirirem o combustível.

O centro localiza-se a oito quilómetros da sede comunal do Kinzau, que dista a 94 quilómetros da vila do Tomboco. Foi construído em 1999 e controla 100 pescadores. Dispõe de uma frota de 23 embarcações, das quais 11 não funcionam por avaria.



PUB

GARANTA UMA CARREIRA DE SUCESSO

Aprenda como elaborar um projecto
emitir pareceres técnicos
avaliar o desempenho dos
seus funcionários

A ENAD ministra cursos destinados aos
sectores público administrativo e empresarial

Encomende um
curso de acordo
com as suas
necessidades

Consulte o nosso programa de formação e

Inscreve-se já!

A ENAD está a formar quadros da administração pública e empresarial no âmbito do Plano Nacional de Formação de Quadros

www.enad.gov.ao

Estrada do Futungo - Corimba - Luanda - Angola

Telef: 222 016 908 - 922 779 287 - 914 594 302

E-mail: contacto@enad.gov.ao

ENAD
Escola Nacional de Administração

INVESTIR NA COMPETÊNCIA
SUSTENTAR O DESENVOLVIMENTO

GOVERNO DE
ANGOLA

DE JURE

ANTEPROJECTO DO CÓDIGO PENAL PREVÊ CÚMULO JURÍDICO MAIS SIMPLES

Como punir um réu com vários crimes



DIREITO. O cúmulo jurídico, forma de punir um réu com vários crimes, adoptado em 1886, continua a ser de “difícil compreensão” no seio dos operadores do Direito, desde estudantes a juízes, devido às operações para determinar a pena única. O futuro Código Penal prevê este método, como regra básica, mas de modo mais simples.

Por Adriano Adão

O actual Código Penal, elaborado em 1886, estabelece para a punição de concurso de crimes, o cúmulo jurídico. Ou seja, quando o réu comete, em simultâneo, dois ou mais crimes com penas iguais ou diferentes, cabe ao juiz determinar a pena única a ser aplicada ao prevaricador, com base numa regra, que comporta um conjunto de operações. Este sistema de

punição de concurso de infracções, adoptado no século XIX, pelo então regime colonial português, nunca chegou a ser modificado pelo legislador penal angolano, no entanto, o novo código promete simplificar o processo.

A regra actual comporta alguns “labirintos”, com cálculos matemáticos e, por isso, é de difícil percepção por parte de alguns advogados, juristas e até juízes. A nível da academia, a “famosa” regra do cúmulo jurídico sempre foi motivo de reparações e de alunos “cadeirantes”.

Pedro Kaparakata entende que o cúmulo jurídico é uma “regra mais

humanista” de se aplicar a pena ao réu que cometeu vários crimes com “pesadas penas”. “Como qualquer ramo de ciência, há sempre aspectos que suscitam várias dificuldades. A regra inserida pelos portugueses é de difícil interpretação, mas beneficia quem está a ser julgado”, afirma o advogado.

O VE, com o apoio do Centro de Estudos de Direito Público (CEDP) da Universidade Agostinho Neto, esclarece os passos para a aferição desta figura jurídica no âmbito do actual código, e mostra o que propõe o novo projecto de Código Penal (em discussão desde 2007).



CONCURSO DE INFRACÇÕES

Como é que o Juiz fixa a pena em caso de concurso efectivo de infracções?
À luz do Código Penal de 1886, actualmente em vigor:

- Encontrar as penas aplicáveis, em abstracto, com base nos tipos legais de crime

1º PASSO

DETERMINAR A MOLDURA PENAL ABSTRACTA DO CÚMULO JURÍDICO (MPACJ)

Há que seguir a regra do **artigo 102.º, n.º 2:**

Ex.: crimes punidos com **penas diferentes** é aplicada a pena mais grave:

MPACJ: 12 a 16 anos

Nota: Quando os crimes são punidos com **penas iguais** a regra é a do **n.º 1 do artigo 102.º:**

- Penas de 8 a 12 anos, de 12 a 16 ou de 16 a 20 – aplica-se a moldura imediatamente superior de acordo com o **artigo 55.º** (ex.: se estivermos perante o concurso de dois crimes punidos, ambos, com molduras penais de 8 a 12 anos, a MPACJ é de 12 a 16).
- Penas de 2 a 8 anos ou penas de 3 dias a 2 anos – aplica-se a mesma moldura penal, sendo que esta é agravada no seu mínimo com a metade do limite máximo. (Ex.: no caso de estarem em concurso dois crimes punidos, ambos, com molduras penais de 2 a 8 anos, a MPACJ é de 4 a 8 anos).

4º PASSO

DETERMINAR A MOLDURA PENAL CONCRETA DO CÚMULO JURÍDICO (MPCCJ)

Máximo: soma das parcelares (**artigo 102.º, § 2, 2.ª parte:** “Em nenhum caso a pena única poderá exceder a soma das penas aplicadas.”)

Mínimo: parcelar mais alta

MPCCJ: 14 a 20 anos

2º PASSO

APLICAR A CADA CRIME A SUA PENA CONCRETA

artigo 102.º, § 2: “(...) indicação na sentença condenatória da pena correspondente a cada crime.”

Vide, também, **artigos 84.º e 91.º e ss.** (estes artigos indicam-nos como devemos proceder para determinar a medida da pena concretamente aplicável a cada crime)

- Ex.: a) Furto: 14 anos
b) Ofensas Corporais: 6 anos

5º PASSO

NOVA MOLDURA PENAL CONCRETA DO CÚMULO JURÍDICO (NMPCCJ)

Conjuga-se a **MPACJ** com a **MPCCJ**, comparando: 12 a 16 / 14 a 20 e escolhendo como **limite mínimo** o mais alto dos limites mínimos (14 anos) e como limite máximo o mais baixo dos **limites máximos** (16 anos) =

NMPCCJ = 14 a 16 anos



Ex.: Concurso entre:

- a) Furto Doméstico (artigo 425.º CP, n.º 3 e parágrafo 1): 12 a 16 anos
- b) Ofensas corporais de que resulta impossibilidade permanente para trabalhar (artigo 361.º CP): 2 a 8 anos

À LUZ DO NOVO CÓDIGO PENAL

PUNIÇÃO DO CONCURSO DE CRIMES E DO CRIME CONTINUADO ARTIGO 78.º (REGRAS DA PUNIÇÃO DO CONCURSO)

● Quando alguém tiver praticado vários crimes antes de ter transitado em julgado, a condenação por qualquer deles é condenada numa pena única.

● A pena aplicável tem, como limite máximo, a soma das penas concretamente aplicadas aos vários crimes, não podendo ultrapassar os 30 anos, tratando-se de pena de prisão e 900 dias, tratando-se de pena de multa e, como limite mínimo, a mais elevada das penas concretamente aplicadas aos vários crimes.

● Na medida da pena são considerados, em conjunto, os factos e a personalidade do agente.

● Se as penas aplicadas aos crimes em concurso forem umas de prisão e outras de multa, a diferente natureza destas mantém-se na pena única resultante da aplicação dos critérios estabelecidos nos números anteriores.

● As penas acessórias e as medidas de segurança são sempre aplicadas ao agente, ainda que previstas por uma só das leis aplicáveis.

Ex.: 14+6= 20

1º PASSO

APLICAR A CADA CRIME A SUA PENA CONCRETA

2º PASSO

A PENA A APLICAR DEVERÁ SER FIXADA DENTRO DA SEGUINTE MOLDURA PENAL:

Limite máximo: Soma das penas concretamente aplicadas (até 30 anos)

Limite mínimo: Pena mais elevada das concretamente aplicadas.

Ex: Furto (artigo 398.º do Anteprojecto do CP): 6 anos
Ofensa grave à integridade física (artigo 162.º, n.º 1 do Anteprojecto do CP): 8 anos

Soma das Penas: 14 anos
Moldura penal: 8 a 14 anos
Pena concretamente aplicada: 11 anos

3º PASSO

SOMAR AS PENAS PARCELARES

artigo 102.º, § 2, 2.ª parte: “Em nenhum caso a pena única poderá exceder a soma das penas aplicadas.”

Ex.: 14+6= 20

6º PASSO

APLICAMOS UMA PENA ÚNICA

A pena única não pode ser superior à soma das parcelares e nunca pode ser igual ou inferior a nenhuma das penas parcelares

15 anos

PUB

www.macontransp.com



Seu Destino, nosso Objectivo!

plonejo.com.br

Aluguer, Fretamento & Turismo

A Macon Transportes está presente por toda Angola, excepto Cabinda, transportando pessoas para lazer ou trabalho há mais de 14 anos.

Realizamos os serviços de Aluguer, Fretamento e Turismo, para atender viagens de passeios, negócios e encontros diversos, além de soluções customizadas e adequadas para o transporte de funcionários de empresas entre suas casas e locais de trabalho.

Dispomos de estrutura própria de atendimento e a frota mais nova do país, monitorada via satélite que significa maior segurança e pontualidade durante as viagens.



A Macon têm as melhores opções para suas necessidades em Transporte, com serviços diferenciados com foco total no Conforto, Segurança e na Qualidade.



comercial@macontransp.com



923 61 61 58 / 226 21 35 04

Gestão

ESPECIALISTAS ACONSELHAM EMPRESAS EM “PONTOS ESSENCIAIS”

Sem bajulação, sem ‘stress e com desafios

RECOMENDAÇÕES. A LinkedIn é uma das mais importantes redes sociais, vocacionada para o emprego e empreendedorismo. Troca-se experiências e fica-se a conhecer disponibilidades. Os usuários, na maioria quadros superiores, dão sugestões, discutem e não hesitam em aconselhar, nomeadamente com dicas de gestão. Eis quatro essenciais:

Por Emídio Fernando

1 FIM AOS BAJULADORES
Um gestor brasileiro de projectos empresariais, Humberto Moura, defende que as empresas devem afastar os bajuladores e aponta as razões para isso: “os bajuladores distorcem a realidade”. Pegando em exemplos, o gestor e consultor esclarece que um bajulador “é um servo” que “elogia sem motivos, fomenta rumores e produz intrigas; faz papel de informador; defende os chefes indiscriminadamente; busca sempre privilégios e benefícios; e manipula e é manipulado”.

Perante este cenário, Humberto Moura recomenda que as empresas evitem este tipo de profissionais, optando apenas pela “meritocracia que não permita a bajulação”. O gestor brasileiro lembra que um líder que facilite a bajulação arrisca-se a “tomar decisões erradas, baseadas numa informação distorcida”, alertando ainda que um bajulador pode receber benefícios para proteger quem não trabalha. Humberto Moura avisa que um bajulador cai, “cedo ou tarde, sozinho”, mas que nessa queda pode “arrastar a empresa”

e que “não é fiel”, porque pode trocar de camisola a qualquer momento.

2 ‘STRESS’ PIOR DO QUE CIGARROS
Estudos da Harvard Business School e da Universidade de Stanford, ambas dos Estados Unidos, concluem que o ‘stress’ simples e as rotinas de trabalho podem fazer tão mal à saúde como a exposição a quantidades consideráveis de fumos de cigarros inalados de outras pessoas. Os pesquisadores reuniram dados provenientes de mais de 200 estudos.

As pesquisas concluem ainda que a primeira razão, causadora do ‘stress’, é o medo de perder o emprego. Neste caso, aumenta o risco para a saúde em 50%. Também um cargo ou tarefa que exija do funcionário mais do que pode oferecer aumenta esse risco em 35%.

Os pesquisadores ‘culpam’ assim determinados chefes pelo ‘stress’ e identificam-nos: os que são geralmente agressivos, sobretudo com palavras, narcisistas e que podem até serem violentos. O estudo, entregue a empresas, aconselha a que não se usem frases como “aqui nada funciona se eu não estiver por perto!” ou “agradeça que tem um emprego”.

As duas universidades, prestigiadas pelos cursos de gestão e economia, avisam que a “motivação pode



acabar” com esses comportamentos e aconselham os chefes a desligarem-se do trabalho, nos finais de semana, e a descansar para recarregar baterias, evitando assim chegar ao trabalho também eles com ‘stress’.

3 DERRUBAR PAREDES
A receita vem nos livros recentes de gestão e é defendida e aplicada por Sandoval Martins, que dirige uma empresa de tecnologias e escritórios horizontais. Ou seja, esclarece o gestor, a melhor forma de criar um bom ambiente de trabalho é “derrubar paredes”, com “menos departamentos e com ilhas de trabalho menos informais”. Um ‘open space’ adaptado à realidade empresarial.

O gestor brasileiro está convicto que escritórios deste tipo “fomentam diálogos, amenizam hierarquias e oferecem confiança para que todos, independente do cargo, se sintam à vontade para falar e, principalmente,

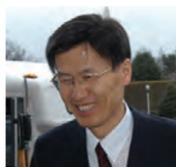
serem escutados”. No entanto, Sandoval Martins alerta que as mexidas na estrutura “não chegam”. “Para funcionar, os colaboradores e gestores também devem estar abertos a captar o espírito que paira quando não há tantas barreiras físicas e entender a finalidade dessa disposição de trabalho, sabendo usufruir”. Por isso, recomenda que todas as empresas tenham uma área de gestão de pessoas que seja “impulsionadora dessa cultura” e que tenha capacidade de “dar motivação”.

4 DAR MOTIVAÇÃO
Leonardo dos Reis Vilela, consultor brasileiro, enfrentou um problema numa empresa: havia quadros com larga competência, mas tinham intenções de deixar a firma, mesmo com a disposição de ganhar menos. Os salários eram altos, havia um ambiente descontraído e horários flexíveis. Depois de apurados estudos, descobriu que a empresa sofria

de “alguns males”: uma chefia muito distante, “quase como ‘robot’” e uma falta de desafios. Ou seja, os quadros, mesmo qualificados, não eram motivados a crescer mais e a superarem-se. “Um profissional acomodado e sem desafios é um profissional desmotivado”, concluiu. Citando o autor do livro ‘O cérebro e a inteligência emocional, novas perspectivas’, de Daniel Goleman, o consultor lembrou à empresa que as “as emoções são contagiosas. Depois de um bom café com um amigo, sentimo-nos bem. Quando encontramos um balconista rude numa loja, sentimo-nos mal”.

Feito o diagnóstico, Leonardo dos Reis Vilela recomenda que a empresa crie mais desafios aos funcionários, estabelecendo metas, faça uma avaliação permanente por desempenho e que os chefes elogiem o trabalho ou o critiquem, mas com palavras motivadoras e sem ameaças e que estejam mais próximas dos funcionários.

A 'Brexplosão' da anti-globalização



Kwan Yoon Young

– Antigo ministro das Relações Exteriores da Coreia do Sul
– Actual Professor Emérito de Relações Internacionais da Universidade Nacional de Seul, na Coreia do Sul

O populismo, o nacionalismo e a xenofobia contribuíram para a vitória da campanha 'Sair' no recente referendo do Reino Unido sobre a continuidade na adesão à União Europeia. Mas essas forças flutuam na superfície de uma mudança maior: uma mudança fundamental em todo o mundo nas relações entre o Estado e o mercado.

Desde o nascimento do capitalismo moderno, estes dois quadros da actividade humana têm andado geralmente em desacordo. Enquanto o mercado tende a expandir-se geograficamente e em que os participantes procuram obter benefícios económicos, o Estado procura manter toda a gente ordenada e dentro de um território que controla. Um comerciante pode reconhecer oportunidades de mercado num país estrangeiro, mas vai logo a correr para o Estado – e ainda mais rapidamente para as autoridades de imigração daquele país.

Como conciliar a tensão entre o mercado e o Estado é a preocupação central da economia política actual, assim como também o foi para Adam Smith, no século XVIII, Friedrich List e Karl Marx, no século XIX, e para John Maynard Keynes e Friedrich von Hayek ao longo de discussões, durante décadas, em meados do século XX.

Vamos considerar dois extremos hipotéticos na relação Estado-mercado. O primeiro é um mercado que se pareça com um mercado global no qual os indivíduos podem maximizar os benefícios materiais sem qualquer intervenção estatal. O problema é que, com este cenário, pode-se viver num país vulnerável a todas as consequências negativas da globalização, sem barreiras como a desvalorização da moeda, a exploração no trabalho, o desrespeito pelas leis de propriedade intelectual e assim por diante.

O outro extremo é um mundo com estados autoritários, totalmente isolados, em que os indivíduos ficam protegidos das forças económicas externas e o Estado tem uma autonomia total sobre os assuntos domésticos. Neste

cenário, dispensa-se todos os benefícios económicos conhecidos na divisão global do trabalho.

Entre estes dois extremos encontra-se a maior parte do mundo que se caracteriza por projectos de integração regional, como o Acordo de Comércio Livre da América do Norte ou a União Europeia.

Podemos identificar oscilações importantes na história do capitalismo ao longo dos últimos dois séculos, tanto para o mercado como para o Estado. Por exemplo, a revogação das leis do milho no Reino Unido,

em 1846, favoreceu o livre mercado de comércio internacional, acelerando uma globalização até à eclosão da Primeira Guerra Mundial.

Após a Primeira Guerra Mundial, o pêndulo oscilou a favor do Estado. O capital financeiro no Ocidente foi enfraquecido politicamente e uma classe trabalhadora mobilizada aproveitou a oportunidade para exigir empregos e programas de bem-estar social que eram contrários à lógica e às regras de um mercado globalizado. Na preparação para a Segunda Guerra Mundial, seguiram-se as políticas de pedinte e de protecção violento à solta, com a Grã-Bretanha, em 1931, a usar o ouro em resposta a uma corrida sobre a libra. A Economist declarava, naquela segunda-feira, 21 de Setembro, "o fim definitivo de uma época na evolução financeira e económica do mundo". Após a vitória do Brexit, a mesma revista advertiu: "A Grã-Bretanha está a navegar numa tempestade, sem ninguém ao leme."

Em 1944, a conferência Bretton-Woods marcou mais um regresso ao mercado, mas, desta vez, permitindo um certo grau de autonomia nacional. Até ao final da década de 1960, um equilíbrio harmonioso entre a abertura internacional e a autonomia nacional permitiu uma prosperidade generalizada.

A turbulência regressou na década de 1970. No entanto, o crescimento

lento, os preços elevados da 'estagnação' e uma crise energética global puxaram o pêndulo de volta aos mercados totalmente liberalizados - uma mudança keynesiana, ajudada por Margaret Thatcher, no Reino Unido, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos.

Isto leva-nos ao presente. A crise económica de 2008 e o fracasso da recuperação da economia global pôs fim ao projeto iniciado por Thatcher e Reagan. Tal como no período pós-Primeira Guerra Mundial, com a globalização, os trabalhadores estão a ficar para trás e são eles que pagam as práticas dos líderes políticos que favorecem financiadores e os grandes negócios. No caso de Brexit, o campo do 'Sair' votou a favor de uma maior autonomia nacional, mesmo que tenha este custo material bem transparente.

Uma versão norte-americana de Brexit pode não estar longe de acontecer já com o próximo presidente dos Estados Unidos, que pode ameaçar o acordo comercial trans-pacífico, assinado com 11 países do Pacífico, em Fevereiro deste ano. Numa altura em que as negociações comerciais globais estão quase mortas, o acordo trans-pacífico parece uma abordagem razoável para impulsionar o comércio multilateral. No entanto, ambos os candidatos presidenciais norte-americanos dizem que se opõem a ele, prometendo o que equivaleria a uma 'Amexit' para o sistema de comércio global.

Estamos num interregno. O descontentamento social vai continuar a fervilhar em todo o mundo até voltarmos a ter um equilíbrio saudável na relação Estado-mercado. O problema é que ninguém sabe a melhor forma de fazer isso.

Alguns propõem re-harmonizar os mercados internacionais, com autonomia nacional, como ocorreu no âmbito de 'Bretton Woods'. Mas a ordem económica internacional do pós-guerra foi construída para a idade pré-globalização e não podemos colocar o génio de volta à garrafa, mesmo que fosse possível fazê-lo. O Brexit marca o início do fim da última era da globalização. O que vem a seguir é uma incógnita, mas podemos estar certos de que não vai ser o destino final.

Estamos num interregno. O descontentamento social vai continuar a fervilhar em todo o mundo até voltarmos a ter um equilíbrio saudável na relação Estado-mercado. O problema é que ninguém sabe a melhor forma de fazer isso.



Internacional

PROBLEMAS POLÍTICOS, SOCIAIS E ECONÓMICOS

A grande incógnita dos Jogos Olímpicos do Brasil

OLIMPIADAS. A menos de um mês do início dos Jogos Olímpicos, o Brasil debate-se com 'mil' problemas: rombos nos cofres do Estado, protestos na rua, obras por acabar, segurança a exigir um esforço financeiro, corrupção e fraca venda de bilhetes. E tudo no meio de umas das mais fortes crises políticas que o país já viveu.

Por Emídio Fernando

O arranque dos Jogos Olímpicos está marcado para 5 de Agosto, mas ninguém arrisca fazer previsões se a mais importante competição desportiva mundial vai ter sucesso ou, pelo contrário, será um fracasso. Apenas o governador em exercício do Rio de Janeiro, Francisco Dornelles, mantém a confiança em alta: "Não tenho nenhuma dúvida de que as Olimpíadas do Rio de Janeiro vão ser um sucesso. Com o apoio do Governo Federal, o Estado vai conseguir cumprir todos os seus compromissos assumidos com a organização dos Jogos". Na defesa deste optimismo, Francisco Dornelles vai lembrando que o Rio tem "muita experiência", na organização de grandes "eventos como o Carnaval e os concertos de rock".

Mas, nesses compromissos, há uma lista de tarefas preocupante: o Estado vai ter de arranjar uma solução para tapar um rombo nas contas do Estado do Rio de Janeiro que já chegou aos 5,7 mil milhões de dólares.

Mas os maiores problemas nem terminam por aqui. Nos últimos meses, tem subido a onda de assaltos que obrigou o governo estadual a declarar o "estado de calamidade pública". Dados oficiais indicam que, desde Maio, houve quase oito mil roubos na rua, o que significa um aumento de 38,2% em relação a Maio do ano passado e representa um recorde dos últimos 26 anos. Em média, de acordo com as estimativas da polícia, há um roubo de quatro em quatro horas. Com a declaração de calamidade, o executivo do Rio consegue canalizar, do Orçamento Geral do Estado, uma verba de mais de 850 milhões de dólares que se destinam unicamente ao reforço da segurança, que vai contar com mais de 85 mil agentes, entre polícias e militares.

Também a venda de ingressos anda num ritmo preocupante: só foram comercializados 70% do número de bilhetes colocados no mercado. Apesar disso, Donovan Ferreti, director do 'Comité Rio 2016', entende que "não há um mau desempenho nas vendas ou um resultado abaixo do projectado", recordando que o país atravessa uma crise política e económica. No entanto, na apresentação da candidatura, em 2009, a organização garantia vender sete milhões de bilhetes, mas teve de baixar a fasquia para



Manifestações no Brasil podem atrapalhar início dos Jogos

os seis milhões. Há quatro anos, em Londres, nesta fase, já tinham sido vendidos cerca de 90% dos bilhetes.

Na cidade, a semana passada terminou com mais uma onda de protes-

tos em que os manifestantes apelaram ao boicote dos Jogos e contestaram as fortunas investidas para os realizar, comparando com o dinheiro gasto em infra-estruturas básicas e com os

cortes e a austeridade impostos por um governo que, ainda para agudizar a situação, é interino. As redes sociais têm servido de 'muro das lamentações', mas são sobretudo usadas para marcar protestos de rua organizados. Alguns já agendados para o próprio dia da abertura dos Jogos. Um já conta com 5,6 mil milhões de presenças confirmadas e 10 mil milhões de interessados. E o outro, denominado 'Grande Acto contra as Olimpíadas da Corrupção', conta com 2,7 mil milhões de confirmações e 7,2 mil milhões de demonstrações de interesse. Sinal contrário é mostrado pela campanha de apoio aos atletas brasileiros, criada pelo Comité Olímpico Brasileiro (COB), 'Eu sou Time Brasil'. A estratégia resultou, até a semana passada, em quase 1,6 mil milhões de fãs. Nos protestos têm participado movimentos e organizações como 'Comité Popular de Copa e Olimpíadas', 'Movimento Candelária Nunca Mais' e a ONG 'Justiça Global'.

Como se não chegasse este turbilhão, a crise política teima em ficar. Além dos governos interinos, tanto estaduais como o federal liderado por Michel Temer, as operações anti-corrupção da justiça fizeram mais uma 'vítima'. Eduardo Cunha renunciou à presidência da Câmara dos Deputados do Brasil.

Eduardo Cunha chegou a liderar o processo que afastou Dilma Roussef da presidência, mas foi 'apanhado' pelos casos de corrupção. Já tinha o mandato suspenso desde Maio por determinação do Supremo Tribunal Federal, sob o argumento de que estaria a usar o cargo para atrapalhar a 'Operação Lava Jato', na qual é investigado.

Num discurso lido à imprensa, Cunha defendeu-se com o argumento de estar a ser "perseguido": "estou a pagar um alto preço por ter dado início ao impeachment. Não tenho dúvidas, inclusive, de que a principal causa do meu afastamento reside na condução desse processo. Tanto é que meu pedido de afastamento foi protocolado pelo PGR [Procurador-Geral da República] em 16 de Dezembro, logo após a minha decisão de abertura do processo", justificou.

Quando começarem os Jogos, o Brasil tem um presidente, um governador do Rio de Janeiro e um presidente da Câmara dos Representantes interinos.

MEMORIZE

● O arranque dos Jogos Olímpicos está marcado para 5 de Agosto e termina a 21 de Agosto, no Rio de Janeiro. As olimpíadas brasileira poderão não contar com os atletas russos, envolvidos em processos de 'doping'. Angola participa com 30 atletas.

5,7

Mil milhões de dólares: valor de um 'rombo' nas contas do Estado do Rio de Janeiro



OS DEPUTADOS do Partido Conservador britânico elegeram a ministra do Interior, Theresa May, e a secretária de Estado da Energia, Andrea Leadsom, como candidatas à sucessão do primeiro-ministro David Cameron.



DURÃO BARROSO, antigo presidente da Comissão Europeia, foi nomeado presidente não executivo e consultor da Goldman Sachs International.

CIMEIRA COM OBAMA E CAMERON

Segurança prioritária para a NATO

O reforço de colaboração operacional, nomeadamente na cibersegurança e operações marítimas, entre a União Europeia (UE) e a NATO, foi o tema dominante da cimeira bianual da Aliança do Atlântico Norte, em Varsóvia, a última com a pre-

sença de Barack Obama.

A declaração conjunta anunciou que as duas organizações vão trabalhar intensamente nas áreas das ameaças híbridas e na coordenação de exercícios militares, além da cibersegurança, que em alguns aspectos poderá ser definida como área de guerra – a par do mar, do ar, da terra e do espaço – e o fortalecimento da cooperação na segurança marítima, que

pode passar por uma futura operação no mar Mediterrâneo.

Em cima da mesa estiveram ainda o contraterrorismo, o crescimento económico, a crise dos refugiados e a saída do Reino Unido da UE. Esta foi a 26.ª cimeira da NATO, desde 1949. Cada cimeira conta com a participação dos chefes de Estado e do governo dos 28 membros da NATO e é presidida pelo secretário-geral da organização, Jens Stoltenberg.



Secretário-geral da NATO, Jens Stoltenberg

PARA TRÁFICO DE ÓRGÃOS

Refugiados mortos

A polícia italiana desmantelou uma rede de traficantes de órgãos que matavam os refugiados que não tinham dinheiro para atravessar o Mar Mediterrâneo até à Europa. Os órgãos eram vendidos por 18 mil dólares a grupos, em particular egípcios, que “estão preparados para a recolha de órgãos”. A informação foi avançada à polícia italiana por Nuredein Wehabrebi Atta, um eritreu recentemente condenado a cinco anos de prisão pelo seu envolvimento no tráfico de refugiados e migrantes de África.

De acordo com o jornal The Independent, o testemunho de Atta ajudou as autoridades a desman-

telar uma rede transnacional de tráfico humano. A polícia deteve 38 pessoas, incluindo 25 eritreus, 12 etíopes e um italiano. A polícia italiana calcula que, só na Eritreia, haja vítimas em oito de cada dez famílias. Por causa da situação desesperante, muitos eritreus estão a fugir para a Europa, pagando a traficantes enormes somas pela travessia do Mediterrâneo ou, no caso de não terem dinheiro, sendo vendidos para tráfico de órgãos.

Em 2015, no mundo, o balanço de pessoas forçadas a abandonar as casas ou os seus países por causa de guerras e repressões violentas voltou a atingir recordes, ultrapassando os 65 milhões. O número equivale a uma pessoa tornar-se refugiada a cada 24 minutos ou 34 mil pessoas por dia, apontou a ONA num dos seus relatórios.



DEUTSCHE BANK

Banco ameaça economia mundial

O Fundo Monetário Internacional (FMI), no final de Junho, que o Deutsche Bank apresenta o “maior risco para a estabilidade financeira mundial”. O FMI recomendou ao governo alemão que disponibilizasse todas as ferramentas disponíveis para lidar com uma resolução bancária. A 30 de Junho, a Reserva Federal norte-americana divulgou que as subsidiárias do Deutsche Bank e do Santander, nos EUA, chumbaram no teste anual de ‘stress’, devido a falhas nos planos de capital e de gestão de risco.

O resultado, com estes dois anúncios, foi a fuga de investidores do banco alemão. O Deutsche Bank é o maior banco da Alemanha e um dos maiores da Europa. Os seus activos são quase metade do PIB alemão.

O banco é das instituições com maiores ramificações globais e é visto pelo FMI como o maior risco sistémico do globo.

TRUQUE OU VERDADE?

Poema por um tesouro

Forrest Fenn, um comerciante de arte norte-americano, garante ter escondido um tesouro no valor de cerca de dois milhões de dólares, algures numa montanha de Santa Fé, no Novo México, EUA. Por isso, escreveu um poema dando pistas onde a fortuna poderia ser encontrada.

O tesouro é composto por peças de ouro, esmeraldas, safiras, diamantes, peças de jade chinês, entre outras relíquias. As pistas estão num poema de 24 versos, escrito pelo próprio milionário e publicado no livro ‘The Thrill of the Chase’ (‘A emoção da perseguição’), que está à venda por 35 dólares, aparecendo nas listas de livros mais

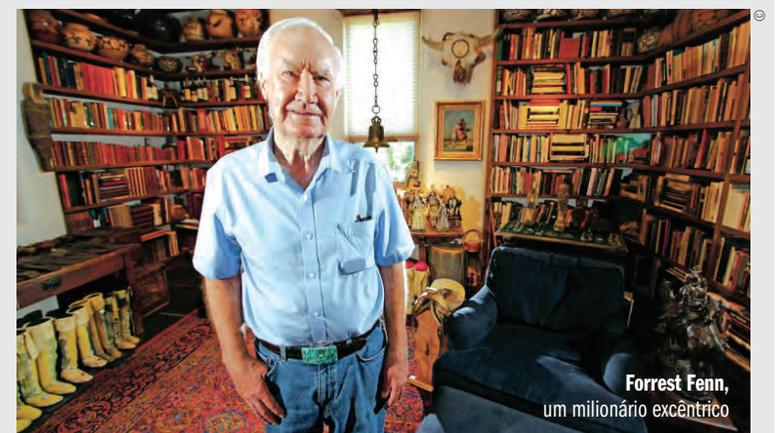
vendidos, revelou a BBC.

Forrest Fenn explicou que criou esta ‘caça ao tesouro’ “para que as pessoas se levantem dos seus sofás”. De acordo com o colecionador, imediatamente após o lançamento do livro, começaram as buscas pelo tesouro, a partir de mapas como o do Google Earth. Mas os mais cépticos acusam-no de ter inventado o tesouro apenas para vender livro.

Cerca de 65 mil pessoas já tentaram aventurar-se para encontrar o tesouro, mas um deles está desaparecido desde Janeiro deste ano. O homem foi visto pela última vez a comprar um barco insuflável, uma bússola e um fato de mergulho, para explorar o Rio Grande, no meio das florestas de Santa Fé. O barco foi encontrado poucos dias depois, mas sem ninguém.



Refugiados tentam chegar à Europa



Forrest Fenn, um milionário excêntrico

FALTAM ESTUDOS EM ANGOLA

Nigéria trava barulho na capital

POLUIÇÃO SONORA. O governo da Nigéria mandou encerrar dezenas de locais barulhentos, incluindo igrejas e mesquitas. A ideia é travar a poluição sonora. Em Angola, há a percepção de que Luanda é ruidosa, mas faltam os estudos de avaliação. Quem se sentir lesado pode recorrer à lei de bases do ambiente.

Por Pihia Rodrigues

As autoridades de Lagos, na Nigéria, mandaram fechar, há duas semanas, cerca de 70 igrejas com o objectivo de reduzir o ruído que estas produziam. O governo mandou encerrar ainda 20 mesquitas, 11 hotéis, clubes nocturnos de diversão e lugares de venda de cerveja.

A medida tinha sido prometida pelo actual governo de Muhammadu Buhari. Desde Agosto do ano passado que outros edifícios como hotéis e discotecas também têm sido fechados pelas autoridades, que assim já conseguiram reduzir os níveis de barulho em 35 por cento. O uso de buzinas e sirenes também foi limitado.

Em Angola, não há um estudo de referência sobre a poluição sonora e nem sequer uma legislação específica. No entanto, o ambientalista Vladimiro Russo, em entrevista ao VALOR, lembrou que já houve “estudos pontuais” sobre a poluição sonora de determinadas áreas, como em Luanda e Cabinda, em 2006, onde foram feitas “medições”. Nessa altura, foram identificados alguns locais com índices de ruído acima dos padrões definidos pela Organização Mundial da Saúde.

A poluição sonora divide-se em várias áreas em que a primeira está relacionada com as actividades industriais para as quais devem ser usados os equipamentos de protecção individual e outros para abafamento do ruído, a segunda é associada ao movimento de viaturas, aeronaves, comboios, etc e que resulta em ruído alto de forma pontual (incluindo nas paragens de táxis) e a terceira está relacionada com as actividades culturais e desportivas (igrejas, festas,



A capital da Nigéria, Lagos, é uma das mais ruidosas do mundo

comícios, etc), e o uso de geradores não insonorizados.

Não há estudos em Angola que possam aferir, com precisão, quais são as zonas no país e de Luanda em particular, com maior registo de poluição sonora, é, no entanto, possível conferir que as zonas mais barulhentas são as industriais, pelo uso de equipamentos ruidosos, e as vias rápidas, os aeroportos, as zonas com congestionamento automóvel e as de obras. “As zonas residenciais tendem a ser as mais silenciosas”, afirma o ambientalista.

As “principais” medidas para

reduzir o ruído, segundo Vladimiro Russo, passam pela educação e sensibilização ambiental e a elaboração (e posterior cumprimento) de legislação sobre o ruído.

Apesar de não haver uma legislação específica sobre o ruído, a Lei das Transgressões Administrativas pune os actos que perturbem “o sossego, a paz e a tranquilidade”. Aqui já surge como transgressão quem perturbe, com ruídos evitáveis, a tranquilidade das pessoas em geral e dos vizinhos. Outra medida tomada nos últimos anos tem sido o licenciamento de locais para a rea-

MEMORIZE

● A ‘gestão’ do ruído em Angola está plasmada na Lei de Bases do Ambiente. Não há uma lei específica, mas quem se sentir lesado por barulho excessivo pode recorrer às autoridades policiais. A OMS calcula que a poluição sonora, nas zonas urbanas, está entre os três maiores problemas ambientais.

47

Cidades, de 11 países, em que se fez um estudo do impacto do ruído.

70

Número de igrejas que o governo da Nigéria mandou encerrar por causa do barulho.

colocam Portugal na terceira posição da lista dos países mais expostos ao ruído excessivo no conjunto de 11 países avaliados. O estudo inquiriu 8800 pessoas e põe Portugal em pior situação, por exemplo, do que a vizinha Espanha, Bélgica e Holanda.

Segundo o audiologista Celso Martins, director técnico da Amplifon, empresa que promoveu o estudo conduzido em 47 cidades de 11 países, Portugal “até lidera o ranking da exposição ao barulho do trânsito”.

A cidade do Porto, no norte do país, é mais barulhenta do que Lisboa e Coimbra, por causa do trânsito e as conversas entre as pessoas, pelo toque contínuo de telemóveis e pelos aviões, ainda que em menor escala.

Os EUA e a Itália figuram no topo desta lista negra, com 16% e 10% da população, respectivamente, exposta a níveis elevados de ruídos nas grandes cidades.

Para se perceber o grau de poluição sonora, foi analisado o “índice de exposição ao ruído”, avaliando-se a percepção, a quantidade, a recorrência e a duração do barulho a que as pessoas estão expostas nas grandes cidades.

BRASIL RUIDOSO

Um outro estudo da Organização Mundial da Saúde (OMS) de 2013 classifica a capital do Estado da Bahia, Salvador, no Brasil, como a cidade mais barulhenta da América Latina. Sirenes, buzinas, som alto e apitos são as principais causas.

Os especialistas afirmam que o limite de som saudável é entre 70 e 80 decibéis. A exposição prolongada a ruídos altos pode trazer riscos à saúde.

O ruído urbano passou de terceiro para segundo lugar entre os maiores problemas ambientais causadores de doenças no mundo, segundo a OMS. O ruído está a seguir à qualidade do ar. A OMS tem alertado que o problema “tem vindo a aumentar”.

lização de eventos culturais, sendo que um dos critérios usados é precisamente a emissão de ruído.

O Ministério do Ambiente, em colaboração com a Polícia Nacional, baseia-se na lei de bases do ambiente, aprovada em 1998, para punir e fiscalizar a poluição sonora. Todos aqueles que forem perturbados por excesso de ruído resultante de actividades pós-laborais ou culturais podem recorrer às autoridades policiais.

PORTUGAL NO TOP

Os resultados de um estudo internacional, divulgados em finais de 2015,

Educação & Tecnologia

SEGUNDO MINISTRO PINDA SIMÃO

“Educação só tem dinheiro para o essencial”

CORTES. Fatia do Orçamento Geral do Estado para a Educação sofreu uma redução de 35 por cento em relação a 2014. O ministro Pinda Simão garante que as atenções estão viradas para o ensino primário.

O ministro da Educação, Pinda Simão, reconheceu que, com a crise económica e financeira, o orçamento do sector que dirige sofreu cortes significativos em 2016, mas prometeu utilizar as verbas canalizadas disponíveis “para o essencial”.

Pinda Simão defende que a aposta é garantir a educação básica, por isso os recursos disponíveis estão a ser canalizados para as escolas primárias. “A distribuição do orçamento indica que 59 por cento dos recursos são canalizados para a educação primária, essa é uma grande prioridade”, destacou Pinda Simão.

Durante um encontro promovido pela Acção para o Desenvolvi-

mento Rural e Ambiente (ADRA), na semana passada, em Luanda, o ministro lembrou que os recursos existentes são “maioritariamente dirigidos para o que de ser considerado fundamental”, que possam “ter impacto e efeito sobre outras componentes de financiamento da função educação”, enquanto se aguardam por melhores momentos. “Não podemos perder de vista que o OGE é um conjunto de vasos comunicantes, quando colocamos num sítio estamos a tirar de outras funções do Estado, que também são importantes.”

O ministro reconheceu, em declarações à agência Lusa, que “é ingrata a situação para quem tem o poder de decisão, que, muitas vezes, fica sem saber o que fazer”. “Deixar morrer algumas áreas, que também são fundamentais e concentrar

35

Por cento, redução do orçamento destinado à Educação.

todo o esforço num conjunto de áreas que são as mais prioritárias, a escolha não é fácil, mas é o que tem sido feito”, referiu, acrescentando que “o exercício feito é ter uma base de bom senso, que assegure que toda a função do Estado, embora em proporções diferenciadas”.

Para este ano, estava destinado para a Educação um orçamento de 4,42 mil milhões de dólares.

Mário Nogueira © VE



Pinda Simão, ministro da Educação

PUB



A DIVERSÃO MORA AQUI

AS MESMAS CARAS TÊM VIDAS TROCADAS, DE SEGUNDA A SEXTA ÀS 15H20.

Não perca a história de dois irmãos separados à nascença que o destino voltou a juntar, numa novela empolgante, cheia de emoções e boa disposição. Um exclusivo DStv no Canal Telemundo, posição 507.

CANAL 507



TELEMUNDO
SINTA A PAIXÃO



Quem é Quem?

Marcas & Estilos

Tradições impermeáveis

Com a gola em grande destaque, luvas em forma tradicional e forro de lã, os casacos Hancock são peças vulcanizadas e feitas à mão por mestres escoceses, utilizando duas camadas de panos e uma de borracha, para criar uma barreira à prova de água.

Passos flexíveis

O couro destes sapatos é cortado e completamente tingido à mão. As solas são dobradas com couro genuíno, tal como a costura superior. O Blake foi desenhado para proporcionar o máximo de flexibilidade.



Valores irradiantes

O poder, inversão e a borda que convergem para formar Amor Fati agora têm um valor. Por apenas 45 mil dólares, os diamantes incolores invertidos vão irradiar a sua vida com 18 quilates de ouro branco cravejado.



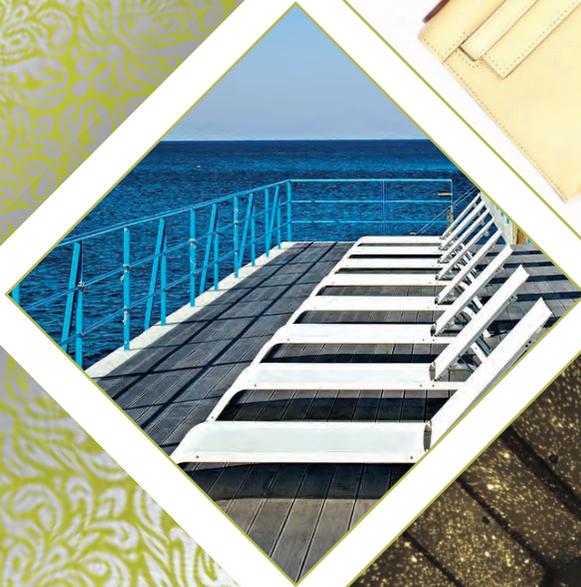
Em grande estilo

O que distingue as carteiras da Hermes Jaune Poussin das demais pelo mundo fora é a qualidade do couro, um material de primeira cujas tonalidades variam conforme o olhar criterioso de quem não deixa o bom gosto em mãos alheias.



Apreciando a vida

A espreguiçadeira Lazy faz parte de uma colecção de mobiliário contemporâneo do designer belga Michel Boucquillon. O recurso precioso é a capacidade de empilhamento incrível, que facilmente se dobra com um simples toque de perna.



...Nas estrelas

Pequeno pode significar grande, especialmente quando tem os dedos do designer planetário mais famoso do Japão, Takayuki Ohira. É a mais recente criação do designer da série Sega Homestar e Megastar, capaz de projectar, no seu lar, o universo para sentir-se literalmente nas estrelas.



RESTAURANTE

Fora de horas

É um drama para quem trabalha tarde ou se perde nas horas: jantar depois das 22h. Muitos empregados de restaurantes, em Luanda, nem escondem, com o olhar, o desagrado quando um cliente chega um pouco tarde, avisando que a cozinha fecha às 23h. Uma das alternativas, das poucas, é o Art Z, onde se pode comer até às 2h da manhã. E com a possibilidade de ter um bônus: música ao vivo, com um artista famoso ou um mais discreto. A decoração também 'enche' o olho. Há uma exposição de arte em que se destaca os quadros de Guilherme Mampuya. A comida é a base da tradicional angolana, mas também há as variedades clássicas como a portuguesa. O Art'Z fica na Ilha, no Casino Marinha.



AUTOMÓVEL

O mais rápido de todos

Ponto prévio: se ainda não comprou esta pequena 'bomba' esqueça que o pode fazer nos próximos tempos. Mas não custa nada saber que AM-RB, uma associação de dois nomes, a Aston Martin e Red Bull, já esgotou as encomendas para as 99 unidades que vai produzir. É chamado de 'supercarro' e foi vendido, de acordo com o portal Carbuzz, apenas pelos esboços. Para isso, quem comprou

despendeu mais de 3,2 milhões de dólares. Mas pouco se sabe ainda do carro, além de estar prometido 'nascer' este ano e que terá uma potência igual ao de um Fórmula 1. A Aston Martin já conta com alguma experiência de produzir desportivos arrojados. Em 2015, vendeu rapidamente 24 unidades do Vulcan, um automóvel desportivo que só pode ser usado em pista.



“O mecenato faz com que as empresas que apoiam projectos tenham contrapartidas do Estado, com a diminuição de impostos.”

TETA LÁGRIMAS, MÚSICO E GESTOR

“É preciso conhecer o mercado e as grandes empresas”

CULTURA. Considera-se um dos músicos que mais vende em Angola, mas garante que isso acontece porque também tem uma estratégia. Não adormece sobre os ‘louros’. Além de escolher onde quer actuar, Teta Lágrimas não depende só da música e vai abrir um espaço com discoteca, hotel e salão de festas.



Por Amélia Santos

Quais são os seus projectos?

Estou em tournée com o álbum ‘Lágrimas do Coração’, lançado em 2014. Vende muito bem, já passei por Luanda, Lobito, Uíge, Huambo e estou com agenda para o Lubango e Saurimo, mas falta apoio. Já vendi mais de 50 mil cópias desde 2014 e estou sempre

nas grandes superfícies comerciais, de sexta a domingo. Por semana, vendo cerca de duas mil cópias. Normalmente, ‘tiro’ um disco de três a quatro anos. Os álbuns não podem ser tirados de um em um ano, só se faz isso, com um tipo de música que não fica permanentemente. Há aquelas músicas que ficam anos e anos, como é o caso de Teta Lando e outros artistas nacionais, que mesmo depois de 10 anos, continuam a vender.

PERFIL

Nome: Abel Lágrimas da Conceição Santos Teta
Aniversário: 5 de Julho de 1956
Natural: Zaire
Filhos: Vavita Teta, Leticia Teta e Ângela Teta
Álbuns: 8



Qual é o segredo para vender?

Os meus discos em Angola são os mais vendidos, por terem muita qualidade. Depois vou ao encontro dos consumidores, nos locais mais recônditos. Como sou o gestor da minha empresa e canto também, consigo usar mecanismos para ir ao encontro do consumidor. Isso, se calhar, é que está a faltar noutros artistas. É preciso conhecer o mercado e ter relacionamento com as grandes empresas. Estou a comercializar os três discos de Teta Lando num duplo ‘Memórias’, em que estão todas as músicas mais antigas e um com nova roupagem ‘Esperança idosa’.

Tem recebido convites?

Alguns para casamentos. Para ‘shows’ é preciso que o cantor esteja vinculado a uma agência ou realize os seus próprios ‘shows’.

É muito exigente nas escolhas?

Sou muito exigente. Graças a Deus, já posso dar-me ao luxo. Há convites que não aceito, porque não têm as condições suficientes. Prefiro vender. Se não se vende, o público não conhece o artista. O disco é composto por mais de dez músicas e, muitas vezes, só é explorada uma ou duas.

Merecia ser mais reconhecido?

Sou reconhecido, muito pelo meu trabalho. Mas os espectáculos não funcionam pelo reconhecimento do artista. As empresas, durante o ano, já têm espectáculos agendados e são os das agências que actuam e não buscam de fora.

Os artistas da nova geração respeitam as raízes?

Alguns artistas tentam manter as raízes, a qualidade musical e vocal, mas 90% está a desviar-se da raiz e da qualidade das décadas de 1960 e 1970. Alguns artistas procuram-me, mas nego, às vezes, porque prefiro que as minhas músicas sejam interpretadas por alguém que saiba interpretar, como o Yuri da Cunha, Eddy Tussa e outros. Evito muito dar a qualquer pessoa. Posso autorizar e depois perder qualidade e isso ofusca a original.

Tem projectos paralelos à música?

Tenho uma casa a ‘Quinta de Teta’, no Benfica, que abre ainda este ano. Tem uma discoteca, salão de eventos e um hotel. A partir daí, vou começar a fazer os meus espectáculos e dar voz aos artistas que têm talento

e estão no anonimato. Tudo é com o dinheiro da música. Faço a minha vida artística de forma pacata.

Canta composições de outros artistas?

Componho todas as minhas músicas e só cantei duas versões de Teta Lando, porque ele é um artista ‘top’.

É possível enriquecer só com a música?

Se for empreendedor e souber gerir o que ganha e deixar a vaidade, sim. Vejo a música com toda a seriedade e penso na minha reforma. Muitos músicos não pensam assim. Não digo ficar rico, mas folgado.

Como vê o apoio da cultura em Angola?

Já tivemos muito longe daquilo que podemos considerar um apoio institucional. A Lei do Mecenato vai ajudar os profissionais da cultura.

Continua convicto de que os concursos de música “são corrompidos”?

Alguns ainda são. Pode haver um ou outro que seja de fé, digo sem medo de errar, há coisas que dão na cara, não podemos tapar o sol com a peneira. Por exemplo, o ‘Angola Music Awards’ é um bom projecto, mas devia dignificar mais o artista, dando um prémio em valor monetário, para o 1.º, 2.º e 3.º lugares. Não basta um troféu. O artista perde muito tempo a ensaiar para depois ir receber só um troféu! Mas não estou a dizer que esse seja corrompido.

O empresariado deve envolver-se mais no apoio à cultura?

Devia! O empresariado tem um benefício dos impostos dos produtos que importa. O mecenato faz com que as empresas que apoiam projectos tenham contrapartidas do Estado, com a diminuição de impostos.

60

Ano, idade de Teta Lágrimas, completada a semana passada

NÚMEROS DA SEMANA

100

É o número de locomotivas que a General Electric Angola vai fornecer de forma faseada ao Governo, segundo o PCA da empresa, David Viela.

350

Milhões de kwanzas é o valor arrecadado, na feira Agro-Pecuária "Expo Uíge", pelos expositores de 04 a 07 de Julho, anunciou o responsável, Carlos Calas.

46

Mil toneladas é a quantidade de vidros que a Vidrul prevê produzir, contra as 43 mil, do ano passado, revelou o director-geral da empresa, Carlos Martins.

103

Milhões de dólares é o valor que o BAI vai emprestar ao Governo para importação de alimentos para as Forças de Defesa e Segurança.

MINISTÉRIO DA ENERGIA E ÁGUAS ASSINA ACORDO

Energia a partir do mar



Angola vai produzir, nos próximos anos, energia hídrica, na sequência de um memorando de entendimento assinado pelo ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, com o grupo industrial Prinvest.

O acordo foi assinado, no âmbito do Plano de Segurança Energética 2025 de Angola, através do qual o

Governo pretende atingir uma produção de 9000 megawatts de energia eléctrica nos próximos dez anos, com prioridade especial para a energia hídrica.

O grupo Prinvest afirma, em comunicado, ser líder na produção de energia hídrica, sector onde entrou em 2012, com as suas subsidiárias Cons-

tructions Mécaniques de Normandie (CMN) e Hydroquest a conceberem e fabricarem turbinas especiais para utilização em rios e no mar.

Nos termos do memorando, a Empresa Pública de Produção de Electricidade (Prodel) e a Prinvest vão constituir uma empresa em regime de parceria que será inicialmente responsável pelo fabrico e operação de parques hídricos.

A Prodel comprometeu-se em comprar toda a produção eléctrica que a parceria venha a produzir, estando previsto o início das operações em três locais de teste, que terão uma produção combinada de 12 megawatts.

A Palomar Capital Advisers, subsidiária do grupo Prinvest, tem a responsabilidade de estruturar o financiamento do projecto, que será garantido pelo Governo.

VI FORÚM BANCA DO JORNAL 'EXPANSÃO'

Bancários reconhecem 'falhas'

Três dos cinco maiores bancos angolanos admitiram, na última sexta-feira, que o sistema bancário nacional "é ainda de risco" e que "carece de melhorias" no que diz respeito ao cumprimento de boas práticas de gestão e transparência internacional.

Os CEO dos bancos Angolano de Investimento (BAI), de Fomento Angola (BFA) e a responsável do Compliance do BIC falavam à margem de uma conferência sobre 'Compliance em Angola', organizado pelo jornal Expansão, onde foram debatidas soluções para afastar Angola de sanções de autoridades financeiras internacionais.

José Massano e Emídio Pinheiro

foram unânimes na ideia de "intensificação de esforços" no sentido de se "conhecer as origens dos fundos de clientes", porque, como defenderam, "é preciso maior actuação sobre as operações suspeitas".

O responsável do BFA avan-

çou também que a sua instituição tem enviado regularmente para a Unidade de Informação Financeira dados de operações suspeitas, estratégia seguida pelo BIC que, segundo o seu gabinete de Compliance, já se viu forçado a bloquear várias contas.



Emídio Pinheiro, PCE do BFA



José Massano, PCE do BAI



Uva 'experimental' na Huíla

O cultivo de uvas está a ser feito, em regime experimental, na Matala, Huíla, por um grupo privado. Foi desbravada e cultivada uma área de seis hectares, um em produção e cinco em preparação. Nesta fase de experimentação, o projecto criou já 10 postos de trabalho.

Quando os seis hectares estiverem concluídos, dentro de 120 dias se inicia a colheita, prevendo-se que por hectare se possam retirar 30 mil quilos de uva, a ser disponível somente no mercado da província, dada a sua exiguidade.

A técnica agrícola e gestora do projecto, Iranilda Caetano, explicou que já no ano passado houve alguma produção que foi afectada pela ausência de chuva e com a irregularidade no fornecimento da água registada no canal de irrigação.

A técnica afirmou ainda que a Huíla tem um clima "excelente" para este tipo de cultura e que o seu campo produz uva de mesa, ao contrário de alguma produção isolada praticada no país que privilegia a uva de vinho.

O VALOR ESTA SEMANA

IMPOSTO PREDIAL URBANO AGT reata cobranças

O pagamento do Imposto Predial Urbano (IPU) já entrou na sua segunda fase, vencida que está a primeira etapa do processo que decorreu de 1 a 31 de Janeiro. A Administração Geral Tributária (AGT) avisa que as novas cobranças já vigoram há mais de uma semana, devendo o IPU ser pago até ao dia 31 deste mês. Os incumpridores serão sancionados com multas. **pág. 10**



EMPRESÁRIOS ABALADOS K.Norte procura apoios

Nos últimos dois anos, a província recebeu apenas dois investimentos, sendo de destacar um matadouro no planalto de Camabatela. Os projectos já financiados, via Angola Investe, estão paralisados por falta de divisas para a aquisição de equipamentos. Os empresários lamentam o estado de 'abandono' a que estão votados. **pág. 10**

TRANSPORTE FERROVIÁRIO CFL 'falha' negócio do gás

A pretensão de os Caminhos-de-Ferro de Luanda (CFL) transportar gás butano até a província de Malanje continua emperrada, volvidos cerca de 10 meses após o anúncio do arranque da operação, em Setembro do ano passado. A falta de vagões de transporte, segundo a empresa, está a ser o grande 'empecilho' para a viabilização do negócio. **pág. 19**